



PREFEITURA DE AUTAZES/AM

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP

Processo Administrativo nº 0976/2026

Interessado responsável (s): Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA

Modalidade de licitação: Concorrência

Forma: Eletrônica

Critério de julgamento: Técnica e Preço

Regime: Empreitada por Preço Unitário

Modo de disputa: Fechado

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, COMPREENDENDO ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS, BEM COMO A PRODUÇÃO DE TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor estimado da contratação: R\$ 3.408.937,00 (três milhões e quatrocentos e oito mil e novecentos e trinta e sete reais)

Data da Sessão: 17/04/2026

Horário: 10:00h (horário de Brasília-DF)

Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>

Comunicação entre o órgão licitante e o público em geral: Qualquer pedido de esclarecimentos, informações, impugnações ao instrumento convocatório, recursos e contrarrazões poderá ser formulada através da plataforma <https://www.licitanet.com.br>

Legislação aplicada: Lei nº 14.133/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 e demais dispositivos legais aplicáveis a presente licitação.



PREFEITURA DE AUTAZES/AM

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP

Processo Administrativo nº 0976/2026

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE AUTAZES/AM, Estado do Amazonas, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Francisco Barroncas, 462, Santa Luzia, Autazes/AM, CEP: 69.240-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.477.642/0001-37, por meio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 002/2024, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 e demais dispositivos legais aplicáveis a presente licitação e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma LICITANET, constante da página eletrônica no endereço - <https://www.licitanet.com.br>.

Data da Sessão: 17/04/2026

Horário: 10:00h (horário de Brasília-DF)

Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, COMPREENDENDO ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS, BEM COMO A PRODUÇÃO DE TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS CORRELATOS”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por variados itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras (Licitanet: Licitações Públicas - <https://www.licitanet.com.br>).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9 O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14 A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.408.937,00 (três milhões e quatrocentos e oito mil e novecentos e trinta e sete reais), conforme custos unitários apostos no ANEXO II – Termo de Referência.



3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no mapa de riscos, Anexo II do Termo de Referência.

3.3. A proposta do licitante deverá ter os custos unitários inferiores ao apresentado na planilha veiculada em seção própria do Termo de Referência.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto no item 7.1.1 deste Edital.

4.3.1 Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.



4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta. 4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

4.13. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.13.1.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

5.1.1 Após a divulgação do Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, as propostas técnicas e as propostas de preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.2 Os documentos da Proposta Técnica deverão ser organizados e apresentados, com a devida indicação de seu representante legal, ou procurador constituído, e respectiva assinatura, em arquivo único e em formato 'PDF', conforme especificações do Anexo IV do Termo de Referência e conforme Anexo V.

5.1.3 A Proposta de Preço deverá ser enviada em seu valor global na moeda Real, com a devida indicação de seu autor e respectiva assinatura, não havendo fase de lances neste certame.

5.1.4 Para apresentação de sua Proposta de Preço, a licitante deverá preencher e entregar a proposta de preços, conforme Anexo V do Termo de Referência.



5.1.5 O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

5.1.6 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

5.1.7 O preço global das propostas dos licitantes não pode exceder o preço global estabelecido no orçamento estimado da contratação.

5.1.8 Os preços das etapas constantes das propostas dos licitantes não podem exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado da contratação, sendo apresentados pela licitante mediante apresentação de valor de desconto aos preços de referência.

5.1.9 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha os preços propostos, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

5.1.10 Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos no Decreto nº 7.983/13, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º do referido Decreto, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II do Decreto supracitado, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações;

5.1.11 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á a Contratada como profundamente conhecedora nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado nos preços unitários propostos todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa execução dos serviços.

5.6 Ao apresentar a proposta, a empresa declara que possui toda a infraestrutura necessária (instalações, aparelhamento, corpo técnico disponível) à execução dos serviços a serem contratados, dentro dos devidos prazos, conforme disposições do Termo de Referência.

5.7 Ao apresentar a proposta, a empresa declara que dispõe dos profissionais necessários e indispensáveis que formarão a Equipe Técnica Responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação.



5.7.1 Para participação na licitação a empresa deverá apresentar Relação da Equipe Técnica, acompanhada de declaração da licitante no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas, que, para o desenvolvimento dos projetos será exigido equipe mínima dos seguintes profissionais:

Equipe Técnica:

01 (um) Coordenador Geral

01 (um) Coordenador em Planejamento

01 (um) Coordenador em Engenharia (Infraestrutura)

01 (um) Engenheiro Civil

01 (um) Engenheiro Eletricista

01 (um) Profissional de Orçamento

01 (um) Engenheiro Ambiental

5.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.10 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.12 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.13 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.14 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.15 Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.

6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 0 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5 O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1 SICAF;

6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



6.9 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.9.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.10 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.11 Serão desclassificadas as propostas que:

6.11.1 contiverem vícios insanáveis;

6.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das Propostas Técnicas, observadas as regras, critérios objetivos, limites de pontuação e quesitos eliminatórios previstos na Seção 8 (TR) deste Edital e no Anexo I – Matriz de Pontuação das Propostas Técnicas.

6.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada, que atribuirá pontuação exclusivamente com base nos critérios previamente definidos na Seção 8 (TR) e no Anexo I – Matriz de Pontuação, vedada a utilização de critérios não previstos no instrumento convocatório.

6.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), calculada após a apuração da pontuação técnica bruta (T1) conforme critérios do Anexo I – Matriz de Pontuação, de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

6.15.1 Parâmetro matemático para a ponderação e a valoração das propostas técnicas:

$$NT = 100 * T1/T2$$

NT = Nota da proposta técnica do licitante;

T1 = Pontuação técnica atribuída ao licitante;

T2 = Máxima pontuação técnica atribuída entre todos os licitantes.



6.15.1 A Banca/Comissão Técnica deverá registrar em relatório circunstanciado as justificativas da pontuação atribuída em cada critério previsto no Anexo I, assegurando transparência, objetividade e rastreabilidade da avaliação.

6.16. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.18. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.19.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.19.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.20. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.20.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.20.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.20.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



6.22.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.22.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.22.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.22.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.24 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.25 Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

6.26 Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, considerando a Nota da Proposta Técnica (NT), apurada conforme Anexo I, e a Nota da Proposta de Preço (NP), nos termos do seguinte parâmetro matemático:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:



NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

6.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.28. Será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.28.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.28.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.29.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

6.29.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.29.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6. 29.4 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6. 29.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na



ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.29.6 No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.29.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.30. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.30.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.30.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.30.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.30.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.30.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.30.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.30.2.2. empresas brasileiras;

6.30.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.30.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.31. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.32. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.



6.32.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.35. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.36. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.37. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.38. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.39. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.40. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.41. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.41.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.41.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

6.41.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e



6.41.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.42. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

6.43. O agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

6.44. O agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

6.45. O agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

6.46. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de



29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, preferencialmente no formato digital.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é substancialmente recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme os termos e forma indicados no ANEXO II – Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.



7.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

7.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,



mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;



8.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

8.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

8.8.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

8.9. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e/ou no (Licitanet: Licitações Públicas - <https://www.licitanet.com.br>).

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.4.2.1 Para as infrações previstas nos itens anteriores, a multa será aplicada conforme a gravidade da conduta, observando-se, como parâmetro exemplificativo, os seguintes percentuais sobre o valor atualizado do contrato:

a) 15% (quinze por cento) para infrações que não resultem em paralisação do serviço;



- b) 30% (trinta por cento) para infrações que ensejem a rescisão contratual ou o impedimento de licitar, observado o limite do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF e/ou (Licitanet: Licitações Públicas - <https://www.licitanet.com.br>).

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial, cadastrados no Sicafe e/ou (Licitanet: Licitações Públicas - <https://www.licitanet.com.br>) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. As solicitações de esclarecimento/impugnação deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.licitanet.com.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III)

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas



pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal LICITANET, site www.licitanet.com.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1 ANEXO I - MATRIZ DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

15.11.2 ANEXO II –TERMO DE REFERÊNCIA;

15.11.2.1 Apêndice (a) do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;



15.11.2.2 Apêndice (b) do Anexo II – Mapa de Risco;

15.11.2.3 Apêndice (c) do Anexo II – Planilhas Orçamentária e Técnica;

15.11.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

15.11.4 ANEXO IV – MINUTA – TERMO DE CONTRATO;

15.11.5 ANEXO V – MODELO DA DECLARAÇÃO CONSOLIDADA (**verificar disponibilidade no sistema*);

15.11.6 ANEXO VI MODELO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA.

15.11.7. ANEXO VII MODELO DE VISITA TÉCNICA.

Autazes/AM, 23 de fevereiro de 2026.

AFONSO CELSO JEREISSATI LINHARES FILHO

Agente de Contratação

Portaria no 021/2025



ANEXO I - MATRIZ DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026 – SRP

1. Regras Gerais do Anexo

1.1. Pontuação total máxima da proposta técnica bruta (**T1**) = **100 pontos**, sendo: NT1=20, NT2=20, NT3=60.

1.2. A Nota Técnica normalizada (NT) será calculada conforme Seção 8/Seção 6 do Edital.

1.3. **Não é obrigatória** a comprovação em todos os subitens de NT1 e NT2. A pontuação será atribuída conforme o conjunto de documentos apresentados, respeitados os limites máximos por item.

1.4. **Certificações (ex.: ISO)** serão exigidas em caráter classificatório e/ou eliminatório conforme entendimento atualizado do Tribunal de Contas da União (*ver Acórdão nº 1091/2025-Plenário).

1.5. **Quesitos eliminatórios** (nota zero implica desclassificação, nos termos da Seção 8 - TR):

a) ausência do Plano de Trabalho/Metodologia com o conteúdo mínimo exigido (NT3);

b) ausência de apresentação da equipe mínima essencial, quando exigida no TR como condição de execução;

c) ausência de documentos mínimos exigidos para pontuação quando o licitante pleitear pontuação no respectivo item (ex.: CAT/ART/RRT quando exigível).

2. NT1 – Capacitação Técnica da Licitante (máximo 20 pontos)

Comprovação: atestados em nome da empresa, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados de comprovação pertinente (CREA/CAU quando aplicável), conforme TR e Edital.

Observação: Os itens abaixo pontuam por atestado até o limite máximo. Não há exigência de “um atestado por tipo”.

Trabalhos similares (empresa)	Pontuação por atestado	Nº máximo	Pontuação máxima
Elaboração de projetos de estrutura de concreto	0,50	4	2,00
Elaboração de projetos de estrutura metálica	0,50	4	2,00
Elaboração de projetos de terraplanagem	0,50	3	1,50
Estudos ambientais para obtenção de licenças (quando previstos no TR)	0,50	3	1,50
Estudos arqueológicos (quando previstos no TR)	0,50	2	1,00
Maquetes 3D / modelagem (compatível com o TR)	0,50	2	1,00



Trabalhos similares (empresa)	Pontuação por atestado	Nº máximo	Pontuação máxima
Elaboração simultânea/compatibilizada de disciplinas (multidisciplinar)	0,50	3	1,50
Elaboração de projetos em BIM	0,50	2	1,00
ISO 9001	1,00	1	1,00
ISO 14001	1,00	1	1,00
Subtotal máximo NT1			13,50

2.1. Complemento para fechar NT1 = 20

Critério adicional (empresa)	Pontuação	Máximo
Projetos de edificações públicas (escolas, UBS, hospitais, etc.) com comprovação de escopo compatível	1,50 por atestado	4,50
Projetos de infraestrutura urbana (viário/drenagem/saneamento) compatíveis	1,00 por atestado	2,00
Subtotal adicional		6,50

NT1 (máximo 20) = 13,50 + 6,50

3. NT2 – Experiência Profissional do Corpo Técnico (máximo 20 pontos)

Comprovação: CAT/ART/RRT, conforme aplicável, e documentação de vínculo ou compromisso com anuência.

3.1. Pontuação por perfil profissional

Coordenador Geral (máximo 5,0 pontos)

- Coordenação/RT em projetos de infraestrutura com método não destrutivo: 1,0 (máx. 2) = 2,0
 - Coordenação/RT em OAE: 1,0 (máx. 1) = 1,0
 - Coordenação/RT em sistema viário: 1,0 (máx. 1) = 1,0
 - Coordenação/RT em projetos com BIM: 1,0 (máx. 1) = 1,0
- Subtotal: 5,0**

Coordenador em Planejamento (máximo 3,0 pontos)

- Coordenação/RT em sistema viário: 1,5 (máx. 1) = 1,5
 - Coordenação/RT com BIM: 1,5 (máx. 1) = 1,5
- Subtotal: 3,0**



Coordenador em Eng. (Infraestrutura) (máximo 3,0 pontos)

- Coordenação/RT em projetos de infraestrutura (saneamento/mobilidade/energia): 1,5 (máx. 1)
 - Coordenação/RT em sistema viário: 1,5 (máx. 1)
- Subtotal: 3,0**

Engenheiro Civil (máximo 3,0 pontos)

- RT em instalações hidrossanitárias de prédios públicos: 1,5 (máx. 1)
 - RT em estrutura metálica e/ou concreto: 1,5 (máx. 1)
- Subtotal: 3,0**

Engenheiro Eletricista (máximo 3,0 pontos)

- RT em instalações elétricas BT: 1,5 (máx. 1)
 - RT em iluminação pública: 1,5 (máx. 1)
- Subtotal: 3,0**

Profissional de Orçamento (máximo 1,5 ponto)

- RT/Responsável por orçamentos de obras públicas: 1,5 (máx. 1)
- Subtotal: 1,5**

Engenheiro Ambiental (máximo 1,5 ponto)

- RT em estudos/projetos ambientais (EAS/EIA/RIMA): 1,5 (máx. 1)
- Subtotal: 1,5**

Subtotal original NT2: 20,0 pontos

3.2. Observações

- a) A comprovação se dará por CAT/ART/RRT conforme o caso.
- b) Admite-se vínculo por quadro permanente, contrato, ou compromisso de contratação futura com anuência.
-

4. NT3 – Metodologia e Plano de Trabalho (máximo 60 pontos)

4.1. Conteúdo mínimo (quesito eliminatório)

A ausência do conteúdo mínimo (itens abaixo) implica **nota zero em NT3** e desclassificação (Seção 8).



A proposta deverá conter, no mínimo:

- a) sequência lógica das etapas e interdependências (gráfica e analítica);
- b) metodologia detalhada para execução do escopo e assessoramento;
- c) organograma e matriz de responsabilidades;
- d) cronograma de mobilização/permanência da equipe e recursos.

4.2. Subitens e pontuação máxima

Item	Critério	Nota Máxima
N3a	Sequência cronológica das etapas (gráfica e analítica)	25
N3b	Metodologia detalhada de execução do escopo	25
N3c	Organograma + matriz de responsabilidades	5
N3d	Cronograma de permanência/equipe/recursos	5
TOTAL		60

4.3. Critério de atribuição

Conceito	N3a	N3b	N3c	N3d
Ótimo	15	20	3	2
Bom	12	17	2,5	1,5
Regular	8	11	2	1
Insuficiente	4	5	1	0,5
Não abordado / inaceitável	0	0	0	0

5. Consolidação da Pontuação Técnica Bruta (T1)

$T1 = NT1 + NT2 + NT3$ (máximo 100)

6. Detalhamento da matriz de pontuação

6.1. Capacidade Técnica da Licitante (NT1) - (20 pontos)

6.1.1. A comprovação de aptidão de desempenho técnico da empresa LICITANTE será feita por meio de apresentação de pelo menos um atestado de cada tipo de projeto especificado, na tabela a seguir:

Trabalhos Similares Realizados	Pontuação por Atestado	Nº. Máximo de Atestados	Pontuação Máxima
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Estrutura de Concreto.	0,50	4	2,0



ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Estrutura de Metálica.	0,50	4	2,0
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Terraplanagem	0,50	3	1,50
ATESTADOS de Elaboração de Estudos Ambientais para obtenção de Licenças.	0,50	3	1,50
ATESTADOS de Elaboração de Estudos Arqueológicos.	0,50	2	1,00
ATESTADOS de Elaboração de Maquetes 3D.	0,50	2	1,00
ATESTADOS de contendo a Elaboração de Projetos de forma simultânea.	0,50	3	1,50
ATESTADOS de Elaboração de Projetos em BIM.	0,50	2	1,00
Empresa Certificada em ISO 9001	1,00	1	1,00
Empresa Certificada em ISO 14001	1,00	1	1,00
Pontuação Máxima (*ver 2.1. Complemento para fechar NT1 = 20)			20,00

6.1.2 Observações:

- Os atestados deverão ser emitidos em nome da empresa, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado(s) no CREA ou pelo CAU, e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelas entidades responsáveis, em nome do profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante ou indicado na qualidade de membro da equipe técnica.
- Definem-se como serviços semelhantes e compatíveis com o objeto licitado, a elaboração de projetos básicos/executivos e complementares de prédios com uso coletivo, públicos ou privados, como escolas, creches, cadeias, postos de saúde, dentre outros.
- Não será admitido o somatório de áreas parciais de edificações para efeito de comprovação da área mínima construída estabelecida.
- A comprovação de realização de cada projeto será efetuada por atestado de capacidade técnica e deve(m) ser vistado(s) pelo CREA/CAU e entregue(s) fazendo-se acompanhar do respectivo Certificado de Acervo Técnico – CAT.
- O valor da Capacitação Técnica da licitante (NT1) será igual ao número de pontos obtidos em cada item descrito acima.
- Toda proposta técnica deverá obrigatoriamente apresentar planilha resumo, informando os respectivos atestados apresentados e a sua página correspondente, conforme tabela de capacitação técnica acima.

6.1.3 Justificativa quanto ao somatório de atestados:

- O somatório de atestados não se aplica, tendo em vista que o somatório de área construída seria desproporcional a complexidade do objeto a ser contratado e não comprovaria que a licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação. O somatório de diversos pequenos serviços de elaboração de projetos, não



comprova capacidade operativa ou mesmo gerencial para execução de projetos equivalentes a que se pretende na presente contratação.

6.2. Experiência Profissional do Corpo Técnico da Licitante (NT2) - (20 Pontos)

6.2.1. A pontuação do fator Experiência Profissional do Corpo Técnico da Licitante (EP), será efetuada com base no quadro a seguir:

Coordenador Geral	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Infraestrutura com utilização de método não destrutivo.	2	1,0
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Obras de Arte Especiais (OAE)	1	1,0
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Sistema Viário.	1	1,0
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de com utilização de metodologia BIM.	1	1,0
Formação: Engenharia Civil ou Arquitetura		
Tempo de Experiência: Mais de 10 anos de formação		
Pontuação Máxima		5,0 pontos

Coordenador em Planejamento	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Sistema Viário.	1	1,5
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de com utilização de metodologia BIM.	1	1,5
Formação: Engenharia ou Arquitetura		
Tempo de Experiência: Mais de 8 anos de formação		
Pontuação Máxima		3,0 pontos

Coordenador em Eng. (Infraestrutura)	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
--------------------------------------	------------------	--------------------



Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Infraestrutura. (que contemplem aspectos de infraestrutura de saneamento e/ou mobilidade e/ou energia)	1	1,5
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos Sistema Viário.	1	1,5
Formação: Engenharia Civil ou Arquitetura		
Tempo de Experiência: Mais de 8 anos de formação		
Pontuação Máxima	3,0 pontos	

Engenheiro Civil	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Instalações Hidrossanitárias para prédios públicos.	1	1,5
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Estrutura Metálica e/ou Concreto	1	1,5
Formação: Engenharia Civil		
Tempo de Experiência: Mais de 8 anos de formação		
Pontuação Máxima	3,0 pontos	

Engenheiro Eletricista	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Instalações Elétricas de Baixa Tensão.	1	1,5
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Iluminação Pública.	1	1,5
Formação: Engenharia Elétrica		
Tempo de Experiência: Mais de 5 anos de formação		
Pontuação Máxima	3,0 pontos	

Profissional de Orçamento	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Orçamentos para obras Públicas.	1	1,5
Formação: Engenharia Civil ou Arquitetura		
Tempo de Experiência: Mais de 8 anos de formação		
Pontuação Máxima	1,5 pontos	



Engenheiro Ambiental (P1)	Nº Máx. Atestado	Pont. Por Atestado
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Estudos e/ou Projetos Ambientais (EAS e/ou EIA e/ou RIMA).	1	1,5
Formação: Engenharia Ambiental		
Tempo de Experiência: Mais de 5 anos de formação		
Pontuação Máxima	1,5 pontos	

6.2.2 Observações:

- A comprovação de realização de cada projeto pelo corpo técnico será efetuada por Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente registrados no CREA/CAU da região pertinente, relativos a cada profissional.
- O profissional deverá ser diretor, sócio ou empregado integrante do quadro permanente da empresa LICITANTE. Na situação de sócio, a comprovação será realizada mediante cópia do contrato social. Quando se tratar de empregado, a comprovação de seu vínculo será feita através de ficha ou de livro de registro de empregado ou de contrato de trabalho. Nos demais casos será suficiente a prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação cível comum. Serão aceitas, ainda, declarações de contratação futura de profissionais capacitados desde que munidas de anuência do respectivo profissional.
- O valor da Experiência Profissional do Corpo Técnico da licitante (EP) será igual ao número de pontos obtidos em cada item do quadro acima.

6.3 Metodologia e Plano de Trabalho (NT3) - (60 pontos)

6.3.1 Nesta nota, a licitante deverá expor o plano de trabalho, seus métodos e sistemas de trabalho, que deverá ser decorrente do conhecimento do problema (caracterização dos serviços e de sua área de influência), e abrangerá os seguintes tópicos:

- Definição das atividades, com as respectivas relações de interdependência, apresentando em linhas gerais a sequência cronológica das etapas necessárias ao desenvolvimento dos serviços em forma gráfica e analítica;
- Cronograma de permanência de todos os profissionais com carga horária mensal, que serão alocadas aos serviços e descrições dos demais recursos a serem colocados à disposição, tais como instalações, veículos e equipamentos.
- A nota será atribuída em função da capacidade de análise e de visão dos serviços, objeto da licitação, conforme a seguinte fórmula: **$N3 = N3a + N3b + N3c + N3d$**

6.3.2 Deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes itens:



Item	Critério para Valoração	Nota Máxima
N3a	Definição das atividades, com as respectivas relações de interdependência, apresentando em linhas gerais, a sequência cronológica das etapas necessárias ao desenvolvimento dos serviços, em forma gráfica e analítica.	25
N3b	Descrição detalhada da metodologia a ser adotada na execução das atividades constantes no escopo dos serviços, incluindo os de assessoramento técnico.	25
N3c	Organograma com representação das equipes colocadas à disposição para os trabalhos, sua integração ao organograma e descrição das funções e atribuições, apresentando a matriz de responsabilidade dos profissionais responsáveis pelas equipes	5
N3d	Cronograma de permanência de todos os profissionais com carga horária mensal, que serão alocados aos serviços e descrição dos demais recursos a serem colocados à disposição, tais como: instalações, veículos e equipamentos (inclusive processamento e reprografia)	5
TOTAL		60

6.3.3 Critérios de pontuação:

Ponderações / Conceitos	Pontuação parcial por item			
	N3a	N3b	N3c	N3d
Ótimo	15	20	3	2
Bom	12	17	2,5	1,5
Regular	8	11	2	1
Insuficiente	4	5	1	0,5
Não abordado /inaceitável	0	0	0	0

6.4 A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

a) **Não Abordado / Inaceitável:**

Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a licitante: **(I)** não apresentou as informações mínimas requeridas; **(II)** apresentou as informações com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; ou **(III)** apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas.



b) Insuficiente:

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que a licitante não tem conhecimento para satisfazer, adequadamente, às expectativas mínimas da Administração quanto à qualidade dos serviços que a licitante se propõe prestar.

c) Regular

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas para elaboração da Proposta Técnica, mas não apresentou proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível dos métodos de trabalho, ou um conhecimento diferencial dos problemas e dos trechos que apontem melhorias em relação as condições mínimas exigidas para a execução dos serviços objeto desta licitação, em resumo, serão qualificado como regulares os itens de avaliação da Proposta Técnica que apenas atendam integralmente as condições mínimas exigidas.

d) Bom

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações, além das mínimas requeridas pela Prefeitura Municipal de Autazes, e em conformidade com as condições estabelecidas, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, indicando à Prefeitura Municipal de Autazes uma substancial melhoria de qualidade nos serviços com proposições de modificações de metodologias de atuação conforme especificado, de apresentação de resultados e de forma organizacional que indiquem claramente uma substancial melhoria de qualidade nos serviços a serem executados.

e) Ótimo

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações e proposições, além das mínimas requeridas pela Administração, e em conformidade com as condições estabelecidas, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, proposições de inovações de métodos e trabalhos mais eficazes e eficientes tanto no campo prático como de conhecimento teóricos, para execução dos serviços objeto desta licitação com qualidade que ultrapassem as expectativas iniciais, bem como, fornecer subsídios que aprimorem o modelo de gestão organizacional.



ANEXO II –TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, COMPREENDENDO ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS, BEM COMO A PRODUÇÃO DE TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS CORRELATOS, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, pelo critério JULGAMENTO DE TÉCNICA E PREÇO, nos termos da Lei 14.133/2021.

1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	COORDENAÇÃO DE PROJETOS				
01.01	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	MÊS	12,00	R\$66.500,23	R\$798.002,76
02	INFRAESTRUTURA VIÁRIA				
02.01	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE SISTEMA VIÁRIO	KM	20,00	R\$14.350,51	R\$287.010,20
02.02	SONDAGEM A PERCUSSÃO (20 METROS)	UNID	4,00	R\$11.515,31	R\$46.061,24
02.03	PROJETO GEOMÉTRICO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.04	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.05	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.06	PROJETO DE MICRO DRENAGEM	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.07	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.08	PROJETO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA (ILUMINAÇÃO PÚBLICA)	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.09	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	KM	20,00	R\$13.498,57	R\$269.971,40
02.10	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
03	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				



03.01	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARA EDIFICAÇÃO	M2	1.000,00	R\$28,22	R\$28.220,00
03.02	PLANO DE NECESSIDADES	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.03	PROJETO DE URBANÍSTICO	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.04	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.05	PROJETO ESTRUTURAL	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.06	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.07	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE S.P.D.A.	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.08	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.09	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.10	PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.11	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.12	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.13	PROJETO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.14	PROJETO DE INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.15	CONSULTORIA TÉCNICA	M2	1.000,00	R\$31,14	R\$31.140,00
03.16	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.17	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
VALOR TOTAL ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO (R\$)					R\$ 3.408.937,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como finalidade a prestação de serviços técnicos especializados em Arquitetura e Engenharia. Estes serviços abrangem consultoria, elaboração de estudos, projetos básicos e executivos, levantamentos, orçamentos e demais documentos técnicos essenciais para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Autazes.

2.2. A Administração Municipal enfrenta uma elevada demanda por projetos voltados à construção, ampliação, reforma e adequação de equipamentos públicos, tais como escolas, unidades de saúde, prédios administrativos e infraestrutura urbana e rural. Uma parcela significativa dessa demanda está diretamente ligada à necessidade de apresentar projetos técnicos completos para a captação de recursos junto a órgãos estaduais e federais. Isso é particularmente relevante no âmbito das transferências voluntárias, que exigem documentação técnica adequada como condição para a celebração e liberação de convênios e contratos de repasse.

2.3. Conforme o Art. 6º, XXIV, da Lei nº 14.133/2021, o projeto executivo é definido como o conjunto de elementos necessários e suficientes para a execução completa da obra, em conformidade com as normas pertinentes. Por sua vez, o Art. 6º, XXV, e suas alíneas, da mesma Lei, conceitua o projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou



serviço de engenharia. Este conceito abrange a garantia de viabilidade técnica, o tratamento apropriado do impacto ambiental, a avaliação de custos, a definição de métodos e prazos de execução, além de servir como subsídio para a gestão contratual.

2.4. O Tribunal de Contas da União (TCU) possui jurisprudência consolidada sobre o tema, enfatizando que a ausência de projetos consistentes compromete a execução contratual, gerando riscos de sobrepreço, aditivos excessivos e paralisações de obras. Nesse contexto, destacam-se os seguintes acórdãos:

- Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário: Estabelece que a execução de obras sem projeto básico detalhado configura irregularidade grave.
- Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário: Determina que a Administração deve providenciar, previamente à contratação, estudos técnicos, levantamentos topográficos, sondagens e projetos executivos adequados.
- Acórdão TCU nº 1.133/2012 – Plenário: Reforça que o projeto básico é condição imprescindível para a licitação de obras públicas, não podendo ser substituído por meras estimativas ou anteprojetos incompletos.

2.5. Diante do exposto, a contratação de serviços especializados em Arquitetura e Engenharia justifica-se pela necessidade de assegurar que todos os empreendimentos da Prefeitura sejam planejados e executados com base em parâmetros técnicos rigorosos. Isso garante a legalidade, eficiência e economicidade, além de viabilizar a captação de recursos junto a órgãos estaduais e federais.

2.6. Dessa forma, a medida encontra respaldo legal nos Arts. 6º, XXIV e XXV, da Lei nº 14.133/2021, bem como na jurisprudência do TCU, constituindo um instrumento indispensável para o adequado planejamento e execução das políticas públicas municipais.

2.7. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade, na forma de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;

2.8. Diante das possibilidades apresentadas pelo regimento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de



julgamento a ser adotado será o de “TÉCNICA E PREÇO”.

2.9. O critério de julgamento, "Técnica e Preço" (art. 33, inciso IV c/c art. 36, § 1º, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021), cujo modo de disputa deverá ser "Fechado", tendo em vista que a utilização do modo de disputa aberto é vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço, conforme preceitua o § 1º do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

2.10. O critério de julgamento indicado é o de técnica e preço que determina que o julgamento das propostas deve considerar a qualidade técnica e preço, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Estudo Técnico Preliminar (apêndice do Termo de Referência - TR). O julgamento Técnica e Preço, é indicado face a natureza dos serviços assim como a importância da qualificação dos profissionais envolvidos na execução.

2.11. O critério de julgamento pela técnica e preço incentiva os licitantes a apresentarem propostas que demonstrem a existência de uma maior “expertise”, “know-how” e qualidade de seus serviços, que somados aos atestados de habilitação exigidos, indicarão que a Administração estará contratando a empresa mais bem capacitada para a tarefa ao encargo do Poder Público.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A elaboração de projetos compreende as seguintes etapas:

- a) Vistoria, Relatório Técnico Fotográfico e Levantamento Cadastral
- b) Projeto Básico
- c) Projetos Complementares, Memoriais e Planilha Orçamentária.

* Salienta-se que as etapas de projetos consistem em demarcar uma progressão lógica da evolução dos mesmos, portanto, os projetos executivos incluídos no escopo deste Termo de Referência, abrangem as peças técnicas que irão compor anexos dos projetos básicos, fazendo parte integral dos Projeto Executivos.

- d) Projeto Executivo / Detalhamento

*Projetos de todas as disciplinas devidamente detalhados e compatibilizados/consolidados, Memoriais, Lista de Materiais, Planilha Orçamentária e Documentos Técnicos.

3.2. Todos os projetos e serviços técnicos deverão ser entregues no formato digital, nas seguintes extensões:

- 3.2.1. Projetos Gráficos: DWG (AUTOCAD) ou outro formato previamente acordado com a Fiscalização;
- 3.2.2. Serviços técnicos: Textos em DOC (WORD) e planilhas em XLS (EXCEL) ou em



outra desde que previamente autorizada pela Fiscalização.

- 3.2.3. Todas as pranchas componentes da parte gráfica do objeto contratado, bem como a apresentação de todas as outras peças entregues em WORD e EXCEL também deverão ser entregues em .PDF, nas escalas indicadas em prancha, no caso dos desenhos.

3.3. Para o desenvolvimento do serviço de cadastramento físico em campo para consubstanciar a elaboração de orçamentos e as Builts em horário diferente do horário de expediente na Prefeitura Municipal de Autazes, deverá ser solicitado à fiscalização por parte da Contratada acesso às dependências do local.

3.4. Poderá ser solicitada a elaboração de um ou mais projetos/serviços técnicos em cada momento. O conjunto de serviços contratado por vez deverá ser dotado de coordenação e compatibilização.

3.5. Os serviços serão executados sob demanda, estes serão devidamente solicitados por meio de O.S. (Ordem de Serviço) emitida pela Prefeitura Municipal de Autazes.

3.6. As Ordens de Serviço serão emitidas, de forma individual, para cada item de serviço ou projeto constante do contrato, com as quantidades demandadas, também individualmente.

3.7. Cada projeto solicitado deverá conter todos os elementos necessários e indispensáveis à compreensão e execução dos serviços (cortes, vistas, detalhes, quantitativo de materiais e/ou lista de materiais conforme discricionariedade da Contratante).

3.8. Cada projeto entregue deverá ser acompanhado com seu orçamento respectivo, especificações e ART.

3.9. – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, desenhos e documentos complementares quando solicitado pela Contratante.

3.10. Fazem parte integrante do escopo das obrigações, sem qualquer ônus adicional, o fornecimento e disponibilização do pessoal técnico necessário à execução, como também todo e quaisquer outros meios de apoio à execução que se fizerem necessários, particularmente para deslocamentos e estadias de pessoal, disponibilização de equipamentos, materiais, ferramentas, softwares, entre outros.

3.11. Sempre que o escopo de cada contratação específica envolver duas ou mais disciplina de estudos e projetos, a execução dos serviços deverá ser coordenada e supervisionada por um gerente de projeto, indicado pela empresa Contratada, com



experiência comprovada no gerenciamento de projetos e na aplicação da tecnologia BIM, que será responsável por garantir o cumprimento das obrigações e prazos assumidas na futura contratação, como também por promover a compatibilização técnica entre os estudos e projetos das disciplinas envolvidas no escopo contratual e fazer cumprir as determinações da fiscalização.

3.12. Da Elaboração de Planilhas Orçamentárias:

- 3.12.1. Faz parte do escopo também a elaboração de Planilha Orçamentária (incluindo curva ABC) contemplando todos os serviços e adequações necessários para execução das obras, acompanhada das Memórias de Cálculo e Levantamento dos Quantitativos de todas as disciplinas, por prancha, respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, do Responsável Técnico pela elaboração e Mapas de Cotação.
- 3.12.2. A documentação gráfica da planilha orçamentária deverá ser apresentada em Excel, conforme o modelo que compõe os documentos padrão anexos ao Edital, tendo como referência de preços as Tabelas SINAPI / SICRO ou outro índice/referência autorizado pela Administração Municipal, com identificação da fonte e dos códigos dos serviços utilizados.
- 3.12.3. Para os itens que não constarem nas tabelas citadas acima, deverá ser criada composição de custo unitário (CPU), atribuindo a estes itens um código que deverá ser identificado na planilha de serviços (fonte e código). Para tanto, nas novas composições de serviços, deverão ser preferencialmente utilizados os serviços e insumos das tabelas acima referenciadas.
- 3.12.4. As composições de custo devem ser apresentadas conforme modelo a ser disponibilizado.
- 3.12.5. Quando não forem encontrados nas tabelas citadas acima, os serviços e insumos necessários para a criação de novas CPU's, a CONTRATADA, deverá realizar cotações junto ao mercado, apresentado no mínimo 3 (três) cotações específicas.
- 3.12.6. As cotações deverão ser catalogadas e apresentadas em mapa de coleta de preço, conforme modelo padrão disponibilizado nos anexos deste Termo de Referência, contendo a descrição completa da especificação técnica, definição da unidade, quantitativo levantado e dados do fornecedor. Os mapas de cotação deverão ser acompanhados dos 3 (três) orçamentos, que deverão ser apresentados em documento timbrado do fornecedor, com CNPJ, telefone e identificação do responsável pelo orçamento. Quando a cotação for digital, deve-se imprimir/digitalizar a página contendo o nome do fornecedor e a data da cotação.
- 3.12.7. Além dos itens levantados dos projetos, a empresa tem que incluir os serviços necessários para a execução da obra, tais como:



- a) Administração Local da Obra (atentar para o limite de estabelecido no Acórdão Nº 2622/13 do TCU);
 - b) Instalação do Canteiro de Obras;
 - c) Mobilização para a obra;
 - d) Equipamentos, caso seja necessário para execução de serviços.
- 3.12.8. O levantamento de quantidades deverá ser feito em planilha própria, através de fórmulas de cálculo. Deverão ser apresentadas as memórias de cálculos dos quantitativos com as fórmulas utilizadas. Estes dados devem ser sucedidos com preenchimento do Quadro de Quantidades.
- 3.12.9. Dessa forma, junto à planilha orçamentária deverão ser entregues os seguintes documentos complementares:
- a) Levantamento de quantidades com as respectivas memórias;
 - b) Quadro de quantidades;
 - c) Mapa de coleta de preços;
 - d) Propostas coletadas para elaboração das CPU's;
 - e) CPU's criadas na planilha;
 - f) Planilhas de Orçamento com as fontes e códigos utilizados nos dois regimes de tributação dos encargos sociais (com desoneração e sem desoneração), para efeito de comparação do orçamento;
 - g) Planilha de cálculo do BDI (Conforme Acórdão Nº 2622/13);
 - h) Lei do ISS em PDF;
 - i) Curva ABC dos insumos e serviços.
- 3.12.10. A Planilha Orçamentária deverá ser acompanhada do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, do Responsável Técnico.
- 3.13. Deverá ser apresentada declaração de compatibilidade para cada orçamento contratado. Esta declaração deverá afirmar a compatibilidade do orçamento apresentado com os preços do SINAPI / SICRO do mês de referência aplicado, bem como a indicação de referência com qualquer outra tabela referência de custos. Deverão constar, no mínimo, as seguintes informações nesta declaração:
- a) Identificação do título do serviço orçado, o qual deverá ser o mesmo apresentado na planilha orçamentária;
 - b) Identificação do Profissional responsável, bem como a indicação do nº da ART de responsabilidade pela elaboração do orçamento;
 - c) Identificação da(s) planilha(s) referência(s) utilizadas, com ou sem desoneração da folha de pagamento;
- 3.14. A equipe técnica da Contratada deverá realizar todos os levantamentos técnicos "in loco", bem como estudos técnicos dos sistemas existentes nas edificações, das



condicionantes locais e normativas e das tecnologias disponíveis no mercado, inclusive com levantamentos de custos de execução/comparativos, para fins elaborar os estudos preliminares e de soluções técnicas de cada disciplina de projeto, que deverá fazer parte da primeira etapa da execução, para fins de prévia análise e aprovação da fiscalização.

3.15. Os profissionais da equipe técnica de projeto deverão fazer parte do quadro de pessoal da empresa contratada, ou serem parceiros/prestadores de serviços contratados em relação a certo e determinado escopo, sempre com adequada formação profissional e experiência em trabalhos técnicos anteriores compatíveis com o objeto de cada contratação, comprovadas mediante certidões de acervo técnico emitidos regularmente pelo conselho profissional competente e segundo parâmetros fixados no Edital e seus anexos.

3.16. As normas técnicas da ABNT vigentes são de observância obrigatória na elaboração de todos os estudos e projetos técnicos contratados, devendo constar expressamente indicadas todas as normas técnicas observadas na elaboração de cada disciplina de projeto técnico.

3.17. É imprescindível que os projetos obedeçam à legislação específica referente à natureza da edificação, às normas da ABNT, demais normas que tratem de acessibilidade em estabelecimentos públicos, a critérios de sustentabilidade, aos princípios do desenho universal, às prescrições e regulamentos das concessionárias locais, órgãos ambientais e sanitários e à supervisão e orientações dos departamentos técnicos da CONTRATANTE.

3.18. Para desenvolvimento dos projetos serão necessárias a realização de Vistoria Técnica Multidisciplinar e levantamento cadastral completo das unidades, além da execução de Sondagem e Levantamento Planialtimétrico e Cadastral das áreas ou unidades, onde serão executadas as futuras obras.

3.19. Os serviços técnicos e/ou projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Competente, os quais serão responsáveis tecnicamente pelo serviço executado, sendo obrigatória a apresentação de ART ou RRT de cada serviço por profissional legalmente habilitado, com registro no CREA e/ou CAU.

3.20. Os Projetos de todas as disciplinas devidamente detalhados e consolidados/compatibilizados, Memoriais, Lista de Materiais, Planilha Orçamentária e Documentos Técnicos, deverão ser submetidos preliminarmente à aprovação da Prefeitura Municipal de Autazes, para a aprovação e posterior execução dos serviços complementares, quando solicitados.

3.21. A Contratada deverá elaborar ainda, a Especificação Técnica dos Materiais, além



de Memorial Descritivo de cada ambiente/espço e equipamentos, conforme cada disciplina de projeto.

3.22. Caberá à Contratada especificar materiais, respectivas quantidades e métodos construtivos, produtos e processos que atendam o desempenho mínimo para as funções a que se aplicam, com base nas normas e no desempenho dos produtos a serem empregados na fase de operação da edificação.

3.23. É de total responsabilidade e ônus da Contratada, entregar os projetos e/ou serviços técnicos aprovados e/ou registrados pelas entidades/órgãos responsáveis, tais como CREA, CAU, IPAAM, Corpo de Bombeiros, Prefeitura, COSAMA, Amazonas Energia e ANVISA, ficando ao encargo da Contratada o custo das taxas referentes a estas aprovações.

3.24. Caso haja qualquer necessidade de realizar modificações em algum projeto, por motivos técnicos, essas mudanças deverão ser submetidas à análise técnica da Prefeitura Municipal de AUTAZES.

3.25. Caso seja constatado pela Contratante que existe a necessidade, durante a execução ou após a entrega dos serviços de execução de projetos e serviços, de incremento de área de até no máximo 5% na área projetada ou levantada, este aumento será abarcado pela Contratada e, acima deste percentual será considerado como área adicional na integralidade que deverá ser remunerada seguindo os preços contratados.

3.26. Durante a execução dos serviços, as melhorias sugeridas pela Contratada serão relacionadas em um anteprojeto e deverão ser objeto de discussão e debate junto a Prefeitura Municipal de Autazes, em conjunto com outros departamentos, a fim de melhor definir os parâmetros desejados de acabamento dos projetos da forma que melhor convenha.

3.27. As modificações deverão ser devidamente registradas pelos seus responsáveis nos conselhos profissionais bem como nos órgãos licenciadores.

3.28. A Contratada deverá autorizar, por escrito e sem ônus para a Contratante, eventuais alterações posteriores nos projetos ou em obras deles decorrentes, permanecendo seus direitos de autoria.

3.29. Ficará convencionado em contrato, nos termos do art. 93, § 1º da Lei Nº 14.133/2021, a cessão de direitos patrimoniais de todo objeto decorrente da presente contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Autazes, modificá-los e/ou reproduzi-los conforme sua conveniência, respeitando, sempre, os normativos vigentes no Brasil.



3.30. Os projetos/serviços técnicos deverão ser executados com respeito aos normativos vigentes no Brasil, bem como outras normas disciplinadores de âmbito estadual e municipal que estejam intrinsecamente ligados a eles.

3.31. A Prefeitura Municipal de Autazes, não disponibilizará nenhum tipo de insumo para a realização dos serviços, sendo obrigação da Contratada a disponibilização de materiais e equipamentos para a realização dos serviços em escritório próprio, previamente indicado à Fiscalização sua localização.

3.32. Da produção na plataforma BIM (Building Information Modeling):

3.32.1. todas as etapas deverão obrigatoriamente ser desenvolvidas tridimensionalmente pelo sistema BIM (Modelagem de Informação da Construção);

3.32.2. Todos os arquivos do template BIM, a serem elaborados pela Contratada, devem conter as definições das entidades do projeto (elementos, componentes e objetos), anotações e todos os demais elementos e requisitos necessários para a composição do projeto, de acordo com cada disciplina.

3.32.3. O template BIM usado pela empresa está sujeito à aprovação da fiscalização. Modificações nele podem ser exigidas pelos fiscais durante a produção dos projetos, conforme a necessidade do Órgão. A criação dos arquivos em formato BIM deverá seguir as recomendações da NBR 15965 em todos os aspectos.

3.32.4. Todos os modelos BIM do Projeto Executivo devem conter os parâmetros de Dados de Identidade, informações das entidades (elementos, componentes e objetos) que serão usadas para gerar as planilhas de quantitativos e materiais.

3.32.5. Durante o desenvolvimento do projeto, a contratante poderá exigir a inclusão de novos parâmetros, conforme julgar necessário para melhor identificação, quantificação e edição dos objetos de projeto.

3.32.6. Se for preciso, a Contratada deverá criar parâmetros (atributos) adicionais para classificar os elementos e materiais do projeto.

3.32.7. Em todas as etapas, os projetos deverão ser desenvolvidos em sistema BIM (Building Information Modeling), posteriormente convertidos em formato DWG/ PDF/ DWF e entregues para análise da fiscalização. Os formatos RVT/ IFC também devem ser integralmente entregues, devidamente organizados e nomeados de forma ordenada. Outras extensões de arquivo que a Contratada tenha trabalhado deverão ser igualmente entregues em seu formato nativo e IFC.

3.32.8. Os arquivos BIM convertidos em formato CAD (DWG) deverão ser entregues obedecendo:



- a) Layers específicos para cada área ou tipo de objeto, possibilitando a verificação do desenho e a devida compatibilização entre todos os projetos. Sobre este item, a Fiscalização poderá exigir ajustes e modificações no sistema de nomenclatura de layers do formato DWG entregue pela empresa, entre outras adequações.
 - b) Unidade configurada para todos os arquivos CAD em metros, metros quadrados, metros cúbicos e graus decimais.
 - c) As pranchas em DWG devem ser organizadas individualmente em cada layout do arquivo. A coordenada de origem dos desenhos deve ser mantida em todos os pavimentos.
 - d) Um arquivo CTB compatível com a correta impressão deve ser entregue em conjunto, de tal modo que a Administração possa, no futuro, editar e imprimir os desenhos DWG, sem a obrigatoriedade de uso dos arquivos BIM.
 - e) Outras exigências relativas ao formato de entrega poderão ser realizadas pela fiscalização visando facilitar a leitura e interpretação do produto.
- 3.32.9. Todas as pranchas de desenho, sejam elas originadas do modelo tridimensional ou importadas em CAD, deverão ser geradas pelas folhas correspondentes no arquivo BIM.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor máximo aceitável para a execução dos serviços é de R\$ 3.408.937,00 (três milhões e quatrocentos e oito mil e novecentos e trinta e sete reais), conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência (*ver tabela item 1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS):

4.2. A estimativa de valor da contratação foi determinada como dispõe o art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O valor estimado foi elaborado com base na tabela de preço referencial DNIT, data-base outubro/2025 (*última atualização disponível), com o intuito de assegurar a viabilidade técnica, visando ainda possibilitar a avaliação do custo e a definição dos métodos e dos prazos de execução, através de orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos, planilhas de BDI, e composições de preços unitários, devidamente mensurados nos anexos deste Termo de Referência.

4.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no mapa de risco elaborado para a presente contratação e a constar no futuro Contrato.



4.5. Os preços adotados pelas licitantes deverão estar de acordo com os praticados no mercado e, neles, deverão estar inclusas todas as despesas necessárias, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, instalações e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços, na forma do item anterior.

4.6. Os modelos das planilhas orçamentárias, poderão ser extraídos do arquivo Excel a ser fornecido com as planilhas de composição dos preços da Proposta de Preço, anexo ao Edital.

4.7. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) são inalteráveis e irrevogáveis durante todo o período de vigência da mesma, ressalvados os casos excepcionais que permitam o procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei 14.133/2021.

5. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

5.1. Nos termos do art. 3º, Decreto Federal 11.462/23, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- 5.1.1. quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- 5.1.2. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- 5.1.3. quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- 5.1.4. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

5.2. A licitação para SRP, assim, apenas predefine as condições de eventual contratação futura, sem criar para a Administração a obrigação de celebrar o ajuste, ou de se vincular a quantidades ou frequências específicas.

5.3. Assim, a Prefeitura Municipal de Autazes, necessita de forma constante e frequente a execução de peças técnicas de engenharia de forma trazer benefícios aos trabalhos desempenhados, porém não possuímos condições de prever de forma exata os necessários, sendo que as necessidades surgem e mudam ao longo do tempo.

5.4. Assim, de modo evitar contratações múltiplas e sucessivas, bem como melhorar os nossos processos, entendemos viável a contratação via Sistema de registro de preços.



6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A contratação será formalizada através da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes da legislação vigente.

6.1.2. Os contratos oriundos do registro de preço terão prazo de vigência de até o limite de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato pelo Contratante e prazo de execução conforme o cronograma físico-financeiro que será elaborado para cada solicitação gerada, o qual levará em conta a complexidade da tipologia, quantidade, entre outros fatores de relevância que influenciam diretamente na composição do prazo.

6.2. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro que será elaborado para cada solicitação gerada.

6.3. Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da ordem de serviço (O.S) emitida pela Prefeitura Municipal de Autazes e o seu prazo de execução será de 08 (oito) meses, a contar da assinatura da Ordem de Serviço (O.S), conforme cronograma físico-financeiro.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para a fase de habilitação, as empresas deverão apresentar um conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto da licitação, conforme o Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os requisitos são os seguintes:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista;
- c) Habilitação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica;

7.2. Dentre esses requisitos, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** merece destaque neste estudo, uma vez que os demais documentos são exigências padrão já previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.3. Apresentar ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÕES expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU, para fins de comprovação técnico-operacional, demonstrando que a



empresa desempenhou atividades relativas ao desenvolvimento de ao menos, 1(um) projeto em edificação pública ou comercial, de obra, compatível com o objeto deste instrumento, (arquitetura e complementares de engenharia), utilizando a metodologia BIM, de características semelhantes, nos termos do art. 67, inciso II da Lei nº 14133/21.

Trabalhos Similares Realizados
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Estrutura de Concreto.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Estrutura Metálica.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Terraplanagem
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Sistema Viário
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Micro e Macro Drenagem.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Pontes e/ou Viadutos.
ATESTADOS de Elaboração de Estudos Ambientais para obtenção de Licenças.
ATESTADOS de Elaboração de Estudos Arqueológicos.
ATESTADOS de Elaboração de Maquetes 3D.
ATESTADOS de contendo a Elaboração de Projetos de forma simultânea.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos em BIM.
Empresa Certificada em ISO 9001
Empresa Certificada em ISO 14001

*** NOTAS:**

- Um atestado poderá ser utilizado para a comprovação de mais de um item;
- Para fins de comprovação do parágrafo 2º, do art. 67 da Lei 14.133/21 será considerado a finalidade do objeto, uma vez que serão entregues produtos;
- Para fins de comprovação da Capacidade Técnico Operacional da Empresa deverão ser apresentados Atestados de Capacidade Técnica em nome da licitante;
- Serão aceitos Atestados Parciais desde que estejam devidamente registrados conforme Legislação. Não serão aceitas cópias de contratos.
- Para os itens relacionados as Certificações ISO apresentar cópia dos certificados.



7.4. Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (item 7.1 alínea d) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

7.5. Apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membro(s) da equipe técnica que participarão da execução dos serviços, para fins de comprovação técnico-profissional, demonstrando que o(s) profissional (is) indicado(s) como responsável (is) técnico (s) dos serviços, desempenhou (aram) individualmente atividades, relativas ao desenvolvimento de ao menos 1(um) projeto engenharia de sistema viário compatível com o objeto deste instrumento, utilizando a metodologia BIM, com características semelhantes, nos termos do art. 67, inciso I da Lei nº 14133/21:

7.6. O(s) projeto(s) mencionado(s) no quadro abaixo, deverão ser comprovados pelos profissionais indicados pelo licitante:

Coordenador Geral (P0)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Infraestrutura com utilização de método não destrutivo.
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Obras de Arte Especiais (OAE)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Sistema Viário.
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de com utilização de metodologia BIM.

Coordenador em Planejamento (P1)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Sistema Viário.
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração



de Projetos de com utilização de metodologia BIM.

Coordenador em Eng. (Infraestrutura - P1)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Infraestrutura. (que contemplem aspectos de infraestrutura de drenagem e/ou mobilidade e/ou energia)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos Sistema Viário.

Engenheiro Civil (P1)
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Drenagem.
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Estrutura Metálica e/ou Concreto

Engenheiro Eletricista (P1)
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Iluminação Pública.

Profissional de Orçamento (P1)
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Orçamentos para obras Públicas.

Engenheiro Ambiental (P1)
Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Estudos e/ou Projetos Ambientais (EAS e/ou EIA e/ou RIMA).

7.7. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente (vínculo permanente ou contrato de prestação de serviços, ou declaração de contratação futura), na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior nas áreas indicadas, em cujo nome haja sido emitido atestado de responsabilidade técnica,



fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e necessariamente registrado no CREA ou CAU.

7.8. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido no item 7.3 e item 7.5 e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Os atestados deverão estar consolidados em formulário conforme a seguir:

a) **Quadro 01** - Relação dos Serviços Executados pela Licitante Compatíveis com o Objeto da Licitação.

Quadro 01			RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA LICITANTE DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO	
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/ CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

b) **Quadro 02** – Relação dos Serviços Executados pelo(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto da licitação.

Quadro 02		RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO(S) PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO	
Profissional Indicado:		Função proposta:	



Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/ CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

7.9. Apresentar Termo de Compromisso da licitante de que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) da(s) Certidões de Acervo Técnico(s)/Atestados referido(s) no item 7.3; será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, devidamente assinado conjuntamente pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), juntamente com a cópia da identidade do Representante Legal e cópia da carteira do Conselho de Classe do Responsável Técnico nos termos do Edital.

7.9.1. O Termo de Compromisso deverá ser assinado na licitação somente por profissionais detentores dos Acervos Técnicos apresentados para atendimento ao edital de licitação e pelo representante legal da empresa.

7.10. As CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) ou CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO(S) emitidas via internet deverão estar impressas na sua totalidade, na íntegra e anexadas à documentação de habilitação.

7.11. Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução Nº 266/79, do CONFEA.

7.12. Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

7.13. Equipe Técnica:

7.13.1. Para participação na licitação a empresa deverá apresentar Relação da Equipe Técnica, acompanhada de declaração da licitante no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas, que, para o desenvolvimento dos projetos será exigido equipe mínima dos seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Coordenador Geral
- b) 01 (um) Coordenador em Planejamento
- c) 01 (um) Coordenador em Engenharia (Infraestrutura)
- d) 01 (um) Engenheiro Civil



- e) 01 (um) Engenheiro Eletricista
- f) 01 (um) Profissional de Orçamento
- g) 01 (um) Engenheiro Ambiental

7.13.2. Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência dos membros da equipe técnica, a empresa CONTRATADA deverá apresentar antes do início dos serviços, a Certidão de Acervo Técnico Profissional (CAT), ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pela entidade competente.

8. DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Roteiro – síntese da metodologia:

8.1. Da Apresentação das Propostas

8.1.1. Os licitantes deverão apresentar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, dois documentos distintos, na forma do Edital e de seus anexos:

- I – Proposta Técnica;
- II – Proposta de Preço.

8.1.2. A Proposta Técnica e a Proposta de Preço serão encaminhadas simultaneamente, porém serão analisadas e avaliadas em fases distintas, conforme o rito previsto no Edital Seção 6 – Da Abertura da Sessão Pública e da Fase de Julgamento, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2/2023.

8.1.3. É vedada a inclusão de qualquer informação de preço na Proposta Técnica, sob pena de desclassificação.

8.2. Do Critério de Julgamento

8.2.1. O critério de julgamento será o de TÉCNICA E PREÇO, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2/2023.

8.2.2. O julgamento consistirá na atribuição de:

- I – Nota da Proposta Técnica (NT);
- II – Nota da Proposta de Preço (NP); e
- III – Nota Final (NF), resultante da ponderação entre NT e NP.



8.2.3. A ponderação entre Técnica e Preço observará os seguintes pesos:

Técnica: 70%

Preço: 30%

8.3. Da Comissão/Banca Avaliadora

8.3.1. Em conformidade com o art. 37 da Lei nº 14.133/2021, será constituída Banca/Comissão Técnica Avaliadora, composta por membros designados por ato formal da Autoridade Competente, previamente à realização da sessão, para proceder à análise e pontuação das Propostas Técnicas.

8.3.2. A avaliação observará exclusivamente os critérios objetivos previstos nesta Seção e no Anexo I – Matriz de Pontuação, sendo vedada a utilização de critérios não previstos no instrumento convocatório.

8.4. Da Pontuação da Proposta Técnica (Pontuação Bruta T1)

8.4.1. A pontuação técnica bruta do licitante (T1) será obtida pelo somatório das notas dos três fatores abaixo, mantida a seguinte estrutura:

I – Capacitação Técnica da Licitante (NT1): máximo de 20 pontos;

II – Experiência Profissional do Corpo Técnico (NT2): máximo de 20 pontos;

III – Metodologia e Plano de Trabalho (NT3): máximo de 60 pontos.

8.4.2. A pontuação técnica bruta máxima (T2) será a maior pontuação técnica bruta obtida entre todos os licitantes avaliados, apurada após o julgamento das propostas técnicas.

8.4.3. Pontuação técnica bruta do licitante (T1):

$$T1 = (NT1 + NT2 + NT3)$$

8.4.4. NT1 – Capacitação Técnica da Licitante (máximo 20 pontos).

8.4.4.1. A comprovação de aptidão técnico-operacional da licitante será realizada mediante apresentação de atestados em nome da empresa, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados no CREA/CAU quando cabível, nos termos do Edital e do Anexo I (Matriz de Pontuação).

8.4.4.2. A pontuação de NT1 será atribuída conforme a tabela constante do Anexo I, observados os limites máximos de atestados por item e a pontuação máxima do fator.

8.4.5. NT2 – Experiência Profissional do Corpo Técnico (máximo 20 pontos).

8.4.5.1. A pontuação da experiência profissional do corpo técnico será atribuída com base em CAT/ART/RRT, conforme quadro constante do Anexo I.

8.4.5.2. Para fins de comprovação, admite-se vínculo por:

I – quadro permanente;

II – contrato de prestação de serviço;



III – compromisso/declaração de contratação futura com anuência do profissional, conforme previsto no Edital.

8.4.5.3. A Contratada deverá manter, durante a execução, os profissionais essenciais indicados, podendo substituí-los por equivalentes, mediante justificativa e aprovação da fiscalização.

8.4.6. NT3 – Metodologia e Plano de Trabalho (máximo 60 pontos).

8.4.6.1. A licitante deverá apresentar Plano de Trabalho compatível com o objeto, contendo minimamente:

- a) definição das atividades e interdependências, com sequência cronológica;
- b) metodologia detalhada de execução do escopo, inclusive assessoramento técnico;
- c) organograma e matriz de responsabilidades;
- d) cronograma de permanência/carga horária mensal da equipe e recursos necessários.

8.4.6.2. A pontuação será atribuída conforme os subitens N3a, N3b, N3c e N3d, com limites e critérios previstos no Anexo I.

8.5. Da Nota da Proposta Técnica (NT) – Normalização (Compatível com a Seção 6 - Edital)

8.5.1. A Nota da Proposta Técnica (NT) será atribuída ao licitante conforme o parâmetro matemático definido na Seção 6, nos seguintes termos:

$$NT = 100 \times (T1 / T2)$$

Onde:

NT = Nota da Proposta Técnica do licitante (escala 0 a 100);

T1 = Pontuação técnica bruta do licitante (NT1+NT2+NT3);

T2 = Maior pontuação técnica bruta obtida entre os licitantes.

8.5.2. A Banca/Comissão deverá registrar em relatório/ata as justificativas técnicas da pontuação atribuída em cada critério, para fins de transparência e controle.

8.6. Critérios Eliminatórios da Proposta Técnica

8.6.1. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

I – obtiverem NT inferior a 70 (setenta) pontos; ou

II – obtiverem nota zero em quesito eliminatório, assim definido expressamente no Anexo I (por ausência de apresentação do conteúdo mínimo exigido).

8.6.2. Para fins do inciso II, consideram-se quesitos eliminatórios, no mínimo:

- a) não apresentação do Plano de Trabalho/Metodologia (NT3) com o conteúdo mínimo exigido;
- b) não apresentação da equipe mínima essencial, quando exigida como condição de execução;
- c) ausência de comprovação documental mínima exigida pelo Edital.

8.7. Da Nota da Proposta de Preço (NP) – Parâmetro Matemático (Compatível com a Seção 6 - Edital)



8.7.1. Encerrada a fase técnica, e observada a ordem procedimental prevista na Seção 6, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP) conforme:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

Onde:

NP = Nota da Proposta de Preço do licitante (escala 0 a 100);

X1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

X2 = Valor global proposto pelo licitante.

8.7.2. O menor preço (X1) somente será considerado quando exequível, conforme regras do Edital e da Seção 6.

8.7.3. O Agente de Contratação/Comissão poderá solicitar esclarecimentos e diligências para verificação de exequibilidade, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Da Nota Final (NF) e da Classificação (Compatível com a Seção 6 - Edital)

8.8.1. A Nota Final (NF) será calculada conforme o parâmetro matemático previsto na Seção 6:

$$NF = (70 \times NT + 30 \times NP) / 100$$

Onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preço.

8.8.2. Será declarada vencedora a licitante que, atendidas todas as exigências do Edital e de seus anexos, obtiver a maior Nota Final (NF).

8.8.3. As licitantes serão classificadas em ordem decrescente de NF.

8.8.4. Em caso de empate, serão aplicados os critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplina específica da Seção 6.

8.9. Regras de Cálculo e Arredondamento

8.9.1. Para fins de cálculo das notas NT, NP e NF, as notas poderão ser arredondadas até duas casas decimais, conforme regra definida no Edital.

8.10. Justificativa da Ponderação (70% Técnica / 30% Preço)

8.10.1. A ponderação adotada justifica-se pela natureza predominantemente intelectual e especializada do objeto, cujo resultado depende significativamente da qualidade técnica da



metodologia e da equipe, visando assegurar maior eficiência, redução de retrabalhos e maior segurança na futura execução das obras, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Disposições Complementares

8.11.1. A avaliação técnica deverá observar a vedação à subjetividade, devendo toda pontuação ser fundamentada em relatório técnico circunstanciado.

8.11.2. As regras desta Seção 8 devem ser interpretadas em conjunto com a Seção 6 do Edital, prevalecendo o rito procedimental nela estabelecido para a condução da sessão pública e julgamento.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.3. A proposta deverá conter:

9.3.1. Todas as planilhas apresentadas na Proposta Comercial deverão estar devidamente assinadas pelo Responsável Técnico da licitante.

9.3.2. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os encargos, (sociais, trabalhistas e previdenciários/acidentários) e tributos incidentes sobre a prestação dos serviços, bem como todas e quaisquer despesas diretas e indiretas (incluindo transporte, alimentação, estadia dos profissionais envolvidos na realização dos serviços) e demais dispêndios necessários à perfeita execução dos serviços licitados, de tal sorte que o montante proposto será a única e completa remuneração a ser paga pela execução completa dos serviços

9.3.3. Os preços ofertados, por força da legislação vigente, deverão permanecer fixos e irrevogáveis, durante a vigência da ata de registro de preços, decorrente da presente licitação.

10. DA BANCA DESIGNADA PARA JULGAMENTO

10.1. Em conformidade com o artigo 37, incisos I e II, e seu parágrafo 1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, será constituída uma banca composta por membros da área técnica



da Prefeitura Municipal de Autazes, lotados em setores correspondente ao objeto do certame, designados pela autoridade competente, previamente à realização da sessão de licitação. Os membros deverão possuir notório saber na matéria relacionada ao projeto executivo a ser elaborado.

- 10.1.1. A atuação da referida banca será guiada pela imparcialidade, transparência e rigor técnico, reforçando o compromisso com a legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.
- 10.2. Os membros da Banca de Julgamento serão escolhidos com base nos seguintes critérios:
 - 10.2.1. Formação acadêmica compatível com a área de conhecimento do projeto;
 - 10.2.2. Experiência comprovada em projetos semelhantes ao objeto do certame;
 - 10.2.3. Ausência de conflitos de interesse, conforme disposto nos artigos 9º e 10º da Lei nº 14.133/21.
- 10.3. A Banca de Julgamento será responsável por:
 - 10.3.1. Analisar e julgar as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes;
 - 10.3.2. Garantir a imparcialidade e a transparência no processo de avaliação;
 - 10.3.3. Elaborar parecer técnico fundamentado sobre as propostas;
 - 10.3.4. Responder a eventuais recursos interpostos pelos licitantes, seguindo o rito previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.4. O julgamento das propostas obedecerá aos seguintes procedimentos:
 - 10.4.1. Verificação das propostas técnicas e de preço, conforme o cronograma do edital;
 - 10.4.2. Avaliação das propostas técnicas com base nos critérios de julgamento estabelecidos no edital, atribuindo notas conforme a metodologia descrita;
 - 10.4.3. Classificação das propostas com base na combinação das notas técnicas e de preço, de acordo com a ponderação definida;
 - 10.4.4. Através de Relatório Técnicos, transcrever os resultados preliminares.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. Regime de Execução

11.1.1. A execução do objeto dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. O regime de preço unitário é adotado em razão da natureza técnica e progressiva dos serviços de elaboração de projetos e assessoramento técnico, cujos quantitativos e demandas específicas poderão variar conforme a necessidade da Administração, sendo mais adequado ao Sistema de Registro de Preços (SRP).



11.1.3. Os pagamentos serão realizados com base nas unidades efetivamente executadas e aprovadas pela fiscalização, observados os valores unitários constantes da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

11.2. Sistema de Registro de Preços (SRP)

11.2.1. A contratação será precedida de Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação imediata e integral dos quantitativos estimados.

11.2.2. Os serviços serão demandados mediante emissão de Ordem de Serviço específica, com definição clara:

- I – do escopo do projeto a ser elaborado;
- II – das unidades de medição aplicáveis;
- III – dos prazos de execução;
- IV – dos produtos e entregáveis esperados.

11.2.3. O registro de preços não gera direito subjetivo à contratação, nos termos da legislação vigente.

11.3. Gestão e Fiscalização Contratual

11.3.1. A gestão e fiscalização do contrato observarão o disposto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.2. Serão designados:

- I – Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento administrativo e controle da execução;
- II – Fiscal Técnico, responsável pela análise da conformidade técnica dos produtos/serviços entregues;
- III – Fiscal Administrativo, quando necessário, para acompanhamento documental e financeiro.

11.3.3. Compete ao Fiscal Técnico:

- a) verificar a conformidade dos projetos e documentos entregues;
- b) atestar medições;
- c) registrar ocorrências em relatório circunstanciado;
- d) comunicar eventuais não conformidades.

11.4. Medição e Pagamento

11.4.1. A medição será realizada com base nas unidades de serviço efetivamente executadas e aprovadas.



11.4.2. Cada Ordem de Serviço deverá conter planilha de composição unitária vinculada aos itens registrados.

11.4.3. O pagamento será efetuado após:

- I – entrega dos produtos/serviços;
- II – aprovação técnica formal;
- III – emissão de Termo de Aceite Parcial ou Definitivo.

11.4.4. Não haverá pagamento antecipado, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

11.5. Recebimento dos Serviços

11.5.1. O recebimento dar-se-á em duas etapas:

- I – Recebimento Provisório, após entrega formal do produto/serviço;
- II – Recebimento Definitivo, após verificação da conformidade técnica.

11.5.2. O prazo para análise técnica será definido na Ordem de Serviço.

11.5.3. Constatadas falhas ou inconsistências, a contratada deverá promover as correções sem ônus adicional.

11.6. Alterações Contratuais

11.6.1. Eventuais alterações observarão o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.6.2. Em se tratando de preço unitário, poderão ocorrer:

- I – acréscimos ou supressões quantitativas;
- II – adequações decorrentes de ajustes de escopo;
- III – recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos termos legais.

11.7. Reequilíbrio Econômico-Financeiro

11.7.1. O reequilíbrio poderá ser concedido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis.

11.7.2. Não ensejam reequilíbrio:

- I – erros de estimativa da contratada;
- II – variações ordinárias de mercado;
- III – subdimensionamento de equipe.

11.8. Substituição de Profissionais



11.8.1. A contratada deverá manter os profissionais essenciais indicados na proposta técnica.

11.8.2. A substituição somente poderá ocorrer por profissional de qualificação equivalente ou superior, mediante aprovação formal da fiscalização.

11.9. Penalidades

11.9.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.9.2. As penalidades observarão proporcionalidade e gradação conforme gravidade da infração.

11.10. Controle e Transparência

11.10.1. A execução contratual deverá ser integralmente registrada em processo administrativo próprio.

11.10.2. Todos os atos relevantes deverão ser formalizados por despacho fundamentado.

12. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE ENTREGA

12.1. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro que será elaborado para cada solicitação gerada.

12.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da expedição da Ordem de Serviços (O.S).

12.3. O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Os prazos de que tratam este item, poderão ser prorrogados nos termos dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao ateste da fiscalização de que as condições, e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

12.5. Os projetos, resultante da prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser conferidos e entregues a equipe de fiscalização designada, bem como os produtos finais dos serviços (peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução dos serviços, quando aprovados, devidamente confeccionados, em formato digital.

12.6. Os membros da equipe de fiscalização ficarão responsáveis pelo recebimento de todo material, análise das peças técnicas e aprovação. Devendo ainda, elaborar a planilha de medição dos serviços confeccionados, na observância aos valores das unidades de medidas de serviços (item/tipologia) registrados na Ata de Registro de Preços.

12.7. Em havendo necessidade de adequação ou ajuste a serem feitos, após análise dos



arquivos, a Contratada deverá proceder à nova entrega em meio digital com alterações solicitadas, até que seja aprovado o referido produto, quando então será impresso para entrega.

12.8. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

12.9. Toda prorrogação contratual será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

12.10. O Contrato não poderá ser prorrogado quando:

12.10.1. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União e Estado do Amazonas ou do próprio órgão Contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

12.10.2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.10.3. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

12.10.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12.11. A contratação será formalizada através da Ata de Registro de Preços.

12.11.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes da legislação vigente.

12.11.2. Os contratos oriundos do registro de preço terão prazo de vigência de até o limite de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato pelo Contratante e prazo de execução conforme o cronograma físico-financeiro que será elaborado para cada solicitação gerada, o qual levará em conta a complexidade da tipologia, quantidade, entre outros fatores de relevância que influenciam diretamente na composição do prazo.

12.12. O objeto deste projeto **não é caracterizado serviços de prestação continuada.**

13. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

13.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará à Prefeitura de Autazes a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pela Prefeitura, mediante transferência bancária (TED/PIX).



13.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante da Prefeitura na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

13.3. O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.

13.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

13.5. Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, dentre outros.

13.6. Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura eletrônica na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

13.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

13.8. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. O reajustamento na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção/serviço, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, conforme art. 25, §§ 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) inicialmente serão inalteráveis e irrevogáveis, e, dentro do prazo de vigência da mesma, mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após decurso



do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data-base do orçamento estimado da Prefeitura Municipal de Autazes, indicado neste Termo de Referência, aplicando-se o Índice Nacional de Custo de Construção - INCC, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo reajuste dos preços unitários contratuais serão calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = (I_i - I_0) / I_0 \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I₀ = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

*V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou **serviço a ser reajustado**.*

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.4. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. Como o dimensionamento da produtividade de profissionais depende de cada indivíduo e das condições e particularidades de cada serviços a ser desenvolvidos, tentamos utilizar tabelas e trabalhos referenciais disponíveis no mercado de instituições e/ou órgãos com expertise no tema, refletindo assim na definição dos valores unitários.

14.8. Ressalta-se que a produtividade dos profissionais, integrantes de uma determinada equipe de trabalho, depende da capacitação, do conhecimento de cada indivíduo e da eficiente da equipe dedicada ao serviço.

14.9. Assim sendo, os coeficientes de produtividade irão variar a depender do profissional e da equipe, cabendo a licitante, na formulação da proposta estimara dedicação e particularidade de seus profissionais às tarefas elencadas.



14.10. Em havendo atraso na execução do objeto por motivos atribuídos à Contratada, este não fará jus ao benefício advindo de possível elevação do índice de reajuste, devendo ser mantido o preço original do contrato. Em caso de redução do referido índice, haverá impacto no valor do contrato, o qual deve ser reduzido.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. O Contratante terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

16.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

16.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

16.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

16.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Assessoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

16.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

16.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

16.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

16.13. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com



terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

17.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do CDC (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

17.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.

17.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

17.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

17.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

17.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

17.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

17.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do contratado;

17.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

17.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

17.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a



responsabilidade à Contratante.

- 17.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 17.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 17.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 17.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus representantes, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 17.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 17.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 17.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, nos prazos determinados.
- 17.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 17.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 17.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 17.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 17.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos



quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

17.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

17.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

17.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

17.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

17.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

17.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

17.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

17.25. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.

17.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

17.27. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

17.28. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos



respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação quando da execução dos serviços.

17.29. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.

17.30. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

17.31. Manter comunicação eficiente com a Fiscalização do contrato.

17.32. Alterar soluções, bem como, corrigir observações da Fiscalização ou apresentar justificativas por escrito, em até 03 (três) dias úteis da comunicação da Fiscalização.

17.33. Participar das reuniões marcadas pela Fiscalização, com equipe completa de responsáveis técnicos ou substituto previamente autorizado pela fiscalização.

17.34. Enviar e-mail à Fiscalização, relatando as atividades desenvolvidas para cada etapa dos serviços realizadas, compilando em um único e-mail informações de cada uma das áreas ou tipo de projeto.

17.35. Os projetos entregues pela CONTRATADA devem atender as Normas da ABNT para cada projeto correspondente.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. A garantia de execução contratual será exigida exclusivamente no momento da celebração de cada contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato firmado.

18.3. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

18.4. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

18.5. Em caso de alteração contratual que implique acréscimo de valor, a contratada deverá complementar a garantia, no mesmo percentual estabelecido neste item.

18.6. A garantia será liberada após o cumprimento integral das obrigações contratuais e emissão do termo de recebimento definitivo, observadas as disposições contratuais.

18.7. Não será exigida garantia para assinatura da Ata de Registro de Preços.

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



19.1. Constituem infrações administrativas aquelas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. Sanções Aplicáveis

Poderão ser aplicadas ao contratado, observados o contraditório e a ampla defesa:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Multas

19.3.1. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida.

19.3.2. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do contrato, conforme a gravidade da infração, nos casos de inexecução parcial ou total.

19.3.3. Em caso de recusa injustificada em assinar contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação correspondente, sem prejuízo das demais sanções legais.

19.3.4. O valor total das multas aplicadas não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato.

19.3.5. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos, da garantia contratual ou cobradas judicialmente.

19.4. Procedimento

19.4.1. A aplicação das sanções observará processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

19.4.2. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa, conforme art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

19.4.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- c) os danos causados à Administração;
- d) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

19.5. Publicidade e Reabilitação

19.5.1. As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade serão registradas no CEIS e no CNEP.

19.5.2. As sanções são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

19.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.7 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

19.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

19.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Poder Executivo Municipal.

20.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade: 02.09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA

Proj./Ativ.: 2.033 – Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA

Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 500

Unidade: 03.01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.222 – Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Custeio

Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 600

Unidade: 03.02 – Fundo Municipal de Educação

Proj./Ativ.: 2.121 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

Proj./Ativ.: 2.125 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Infantil

Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 540

20.3 Oportunamente, nada obstante às indicações de dotações acima indicadas (como possível referência orçamentária) ressalte-se, ademais, que por se tratar de Sistema de Registro de Preços não há previsão obrigatória de destaque orçamentário na presente fase. Cada órgão ou entidade, quando vier aderir à futura Ata de Registro de Preços, informará a dotação orçamentária a ser utilizada no momento da contratação. (*Art. 17, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023)

“Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.”

20.4 A dotação orçamentária será informada e vinculada a eventuais contratos e ordens de serviço e/ou fornecimento, acompanhadas pelo setor técnico Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA, referente ao exercício 2026, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira informada pela Secretaria Municipal de Finanças e Serviço de Contabilidade.

20.5 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



21. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

21.1. A participação na licitação implica na aceitação, integral e irretratável do conteúdo deste Termo de Referência (TR).

22. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

22.1. O serviço ofertado deverá estar plenamente de acordo com a especificação constante no presente Termo de Referência (TR).

23. DECLARAÇÕES LEGAIS

23.1. Declaramos para os devidos fins que o presente Termo de Referência se acha de acordo com o preconizado no inciso XXIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

23.2. Apêndice - TR

23.2.1 Apêndice (a) do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

23.2.2 Apêndice (b) do Anexo II – Mapa de Risco;

23.2.3 Apêndice (c) do Anexo II – Planilhas Orçamentária e Técnica;

Autazes (AM), 04 de fevereiro de 2026.

Manoel Cordeiro Alves de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura

24. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

24.1. APROVO o presente Termo de Referência (TR), após constar que o mesmo foi elaborado consoante os requisitos do inciso XXIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

JOSÉ THOMÉ NETO
Prefeito de Autazes



Apêndice (a) do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo principal fundamentar a contratação de empresa especializada em Arquitetura e Engenharia. Esta contratação visa a prestação de serviços de consultoria, bem como a elaboração de estudos e projetos executivos, essenciais para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Autazes. Este documento representa a etapa inicial do planejamento e detalha os estudos necessários para a aquisição da solução que suprirá a demanda identificada.

O propósito central é analisar minuciosamente a necessidade e identificar, no mercado, a solução mais adequada para atendê-la, sempre em conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública.

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, observando ainda as diretrizes do Tribunal de Contas da União e os modelos referenciais da Advocacia-Geral da União – AGU, constituindo documento técnico que fundamenta a definição da solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico.

1. INFORMAÇÕES

1.1. ETP sigiloso: Não.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como finalidade a prestação de serviços técnicos especializados em Arquitetura e Engenharia. Estes serviços abrangem consultoria, elaboração de estudos, projetos básicos e executivos, levantamentos, orçamentos e demais documentos técnicos essenciais para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Autazes.

2.2. A Administração Municipal enfrenta uma elevada demanda por projetos voltados à construção, ampliação, reforma e adequação de equipamentos públicos, tais como escolas, unidades de saúde, prédios administrativos e infraestrutura urbana e rural. Uma parcela significativa dessa demanda está diretamente ligada à necessidade de apresentar projetos técnicos completos para a captação de recursos junto a órgãos estaduais e federais. Isso é particularmente relevante no âmbito das transferências voluntárias, que exigem documentação técnica adequada como condição para a celebração e liberação de convênios e contratos de repasse.

2.3. Conforme o Art. 6º, XXIV, da Lei nº 14.133/2021, o projeto executivo é definido como o conjunto de elementos necessários e suficientes para a execução completa da obra, em conformidade com as normas pertinentes. Por sua vez, o Art. 6º, XXV, e suas alíneas, da mesma Lei, conceitua o projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia. Este conceito



abrange a garantia de viabilidade técnica, o tratamento apropriado do impacto ambiental, a avaliação de custos, a definição de métodos e prazos de execução, além de servir como subsídio para a gestão contratual.

2.4. O Tribunal de Contas da União (TCU) possui jurisprudência consolidada sobre o tema, enfatizando que a ausência de projetos consistentes compromete a execução contratual, gerando riscos de sobrepreço, aditivos excessivos e paralisações de obras. Nesse contexto, destacam-se os seguintes acórdãos:

- Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário: Estabelece que a execução de obras sem projeto básico detalhado configura irregularidade grave.
- Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário: Determina que a Administração deve providenciar, previamente à contratação, estudos técnicos, levantamentos topográficos, sondagens e projetos executivos adequados.
- Acórdão TCU nº 1.133/2012 – Plenário: Reforça que o projeto básico é condição imprescindível para a licitação de obras públicas, não podendo ser substituído por meras estimativas ou anteprojetos incompletos.

2.5. Diante do exposto, a contratação de serviços especializados em Arquitetura e Engenharia justifica-se pela necessidade de assegurar que todos os empreendimentos da Prefeitura sejam planejados e executados com base em parâmetros técnicos rigorosos. Isso garante a legalidade, eficiência e economicidade, além de viabilizar a captação de recursos junto a órgãos estaduais e federais.

2.6. Dessa forma, a medida encontra respaldo legal nos Arts. 6º, XXIV e XXV, da Lei nº 14.133/2021, bem como na jurisprudência do TCU, constituindo um instrumento indispensável para o adequado planejamento e execução das políticas públicas municipais.

2.7. Nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá observar o princípio do planejamento nas contratações públicas, sendo este Estudo Técnico Preliminar instrumento essencial para a adequada caracterização da necessidade administrativa e para a escolha da solução mais vantajosa.

2.8. A presente contratação guarda aderência com os instrumentos de planejamento municipal, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que contemplam recursos destinados à elaboração de projetos técnicos e desenvolvimento de infraestrutura pública.

2.9. A solução será contratada por meio da modalidade Concorrência, na forma eletrônica, sob regime de empreitada por preço unitário e Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando a natureza sob demanda dos serviços técnicos especializados.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. Nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá elaborar Plano de Contratações Anual (PCA), com a finalidade de racionalizar as contratações, promover alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.



3.2. A atual gestão municipal assumiu a Administração sem transição formal de governo, inexistindo repasse organizado de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, operacionais e patrimoniais, circunstância que inviabilizou a consolidação tempestiva de diagnóstico técnico mínimo necessário à elaboração estruturada do Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.

3.3. Soma-se a esse cenário o fato de que a Lei Orçamentária aprovada para o exercício de 2025 apresentou subdimensionamento estimado em aproximadamente 45% das necessidades reais da Administração Municipal, comprometendo a previsibilidade orçamentária e a adequada projeção de demandas para o exercício subsequente.

3.4. A ausência de dados consolidados e confiáveis sobre contratos vigentes, demandas reprimidas, saldos financeiros, passivos contratuais e capacidade operacional impediu a elaboração de PCA consistente e tecnicamente responsável para o exercício de 2026, sob pena de construção de instrumento meramente formal, destituído de aderência à realidade administrativa.

3.5. Ressalta-se, contudo, que a inexistência formal do PCA não afasta o dever de planejamento individualizado das contratações, razão pela qual o presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com profundidade técnica, contendo:

- Diagnóstico da necessidade administrativa;
- Fundamentação jurídica;
- Justificativa da modalidade e critério de julgamento;
- Análise de riscos;
- Estimativa detalhada de custos;
- Indicação do regime de execução e modelo de contratação.

3.6. A contratação ora proposta encontra-se devidamente contemplada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo ao requisito de previsão orçamentária e à responsabilidade fiscal, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

3.7. A situação ora descrita caracteriza cenário excepcional de reorganização administrativa, não configurando descumprimento doloso ou deliberado do dever de planejamento, mas sim impossibilidade material temporária devidamente justificada e documentada nos autos do processo administrativo.



3.8. Como medida de governança, a Administração Municipal já se encontra em fase de estruturação do Plano de Contratações Anual para os exercícios seguintes, com implementação progressiva de mecanismos de consolidação de dados, integração entre secretarias e sistematização das demandas administrativas.

3.9. A presente contratação, por sua natureza estratégica — elaboração de projetos técnicos essenciais à execução de obras públicas e captação de recursos externos — constitui instrumento de reorganização estrutural do planejamento municipal, contribuindo inclusive para a futura consolidação de um PCA mais preciso e fundamentado.

3.10. Dessa forma, resta plenamente justificada a inexistência formal do objeto no PCA para o exercício de 2026, sem prejuízo da observância dos princípios do planejamento, da continuidade do serviço público, da eficiência administrativa e da responsabilidade fiscal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para a fase de habilitação, as empresas deverão apresentar um conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto da licitação, conforme o Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os requisitos são os seguintes:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista;
- c) Habilitação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica;

4.2. Dentre esses requisitos, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** merece destaque neste estudo, uma vez que os demais documentos são exigências padrão já previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. As exigências de qualificação técnica observarão rigorosamente o princípio da proporcionalidade, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedadas exigências excessivas ou desarrazoadas que restrinjam indevidamente a competitividade.

4.3. Apresentar ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÕES expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU, para fins de comprovação técnico-operacional, demonstrando que a empresa desempenhou atividades relativas ao desenvolvimento de ao menos, 1(um) projeto em edificação pública ou comercial, de obra, compatível com o objeto deste instrumento, (arquitetura e complementares de engenharia), utilizando a metodologia BIM, de características semelhantes, nos termos do art. 67, inciso II da Lei nº 14133/21.



Trabalhos Similares Realizados
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Estrutura de Concreto.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Estrutura de Metálica.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Terraplanagem
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Sistema Viário
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Micro e Macro Drenagem.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos de Pontes e/ou Viadutos.
ATESTADOS de Elaboração de Estudos Ambientais para obtenção de Licenças.
ATESTADOS de Elaboração de Estudos Arqueológicos.
ATESTADOS de Elaboração de Maquetes 3D.
ATESTADOS de contendo a Elaboração de Projetos de forma simultânea.
ATESTADOS de Elaboração de Projetos em BIM.
Empresa Certificada em ISO 9001
Empresa Certificada em ISO 14001

*** NOTAS:**

- Um atestado poderá ser utilizado para a comprovação de mais de um item;
- Para fins de comprovação do parágrafo 2º, do art. 67 da Lei 14.133/21 será considerado a finalidade do objeto, uma vez que serão entregues produtos;
- Para fins de comprovação da Capacidade Técnico Operacional da Empresa deverão ser apresentados Atestados de Capacidade Técnica em nome da licitante;
- Serão aceitos Atestados Parciais desde que estejam devidamente registrados conforme Legislação. Não serão aceitas cópias de contratos.
- Para os itens relacionados as Certificações ISO apresentar cópia dos certificados.

Observação complementar: Os atestados exigidos deverão guardar pertinência direta com o escopo da futura contratação, não sendo exigível a comprovação cumulativa de todas as tipologias simultaneamente, mas sim aquelas compatíveis com os serviços efetivamente demandados em cada Ordem de Serviço, de modo a preservar a competitividade e a proporcionalidade da exigência.



4.4. Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (item 4.1 alínea d) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

4.5. Apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membro(s) da equipe técnica que participarão da execução dos serviços, para fins de comprovação técnico-profissional, demonstrando que o(s) profissional (is) indicado(s) como responsável (is) técnico (s) dos serviços, desempenhou (aram) individualmente atividades, relativas ao desenvolvimento de ao menos 1(um) projeto engenharia de sistema viário compatível com o objeto deste instrumento, utilizando a metodologia BIM, com características semelhantes, nos termos do art. 67, inciso I da Lei nº 14133/21:

4.6. O(s) projeto(s) mencionado(s) no quadro abaixo, **deverão** ser comprovados pelos profissionais indicados pelo licitante:

Coordenador Geral (P0)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Infraestrutura com utilização de método não destrutivo.
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Obras de Arte Especiais (OAE)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Sistema Viário.
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de com utilização de metodologia BIM.

Coordenador em Planejamento (P1)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Sistema Viário.
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de com utilização de metodologia BIM.

Coordenador em Eng. (Infraestrutura - P1)
Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Infraestrutura. (que contemplem aspectos de infraestrutura de drenagem



e/ou mobilidade e/ou energia)

Experiência na função de Coordenador ou Responsável Técnico na Elaboração de Projetos Sistema Viário.

Engenheiro Civil (P1)

Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Drenagem.

Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Estrutura Metálica e/ou Concreto

Engenheiro Eletricista (P1)

Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Instalações Elétricas de Baixa Tensão.

Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Projetos de Iluminação Pública.

Profissional de Orçamento (P1)

Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Orçamentos para obras Públicas.

Engenheiro Ambiental (P1)

Experiência na função de Responsável Técnico na Elaboração de Estudos e/ou Projetos Ambientais (EAS e/ou EIA e/ou RIMA).

4.7. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente (vínculo permanente ou contrato de prestação de serviços, ou declaração de contratação futura), na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior nas áreas indicadas, em cujo nome haja sido emitido atestado de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e necessariamente registrado no CREA ou CAU.

4.8. A exigência de experiência na metodologia BIM justifica-se pela necessidade de compatibilização multidisciplinar de projetos e pela adoção de boas práticas de modelagem e gestão integrada, reduzindo riscos de inconsistências técnicas e retrabalhos na fase de execução de obras públicas.

4.8.1 Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido no item 4.3 e item 4.5 e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Os atestados deverão estar consolidados em formulário conforme a seguir:



c) **Quadro 01** - Relação dos Serviços Executados pela Licitante Compatíveis com o Objeto da Licitação.

Quadro 01			RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA LICITANTE DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO	
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/ CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

d) **Quadro 02** – Relação dos Serviços Executados pelo(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto da licitação.

Quadro 02			RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO(S) PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO	
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/ CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				



4.8.2 Apresentar Termo de Compromisso da licitante de que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) da(s) Certidões de Acervo Técnico(s)/Atestados referido(s) no item 4.3; será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, devidamente assinado conjuntamente pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), juntamente com a cópia da identidade do Representante Legal e cópia da carteira do Conselho de Classe do Responsável Técnico nos termos do Edital.

4.8.3 O Termo de Compromisso deverá ser assinado na licitação somente por profissionais detentores dos Acervos Técnicos apresentados para atendimento ao edital de licitação e pelo representante legal da empresa.

4.8.4 As CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) ou CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO(S) emitidas via internet deverão estar impressas na sua totalidade, na íntegra e anexadas à documentação de habilitação.

4.8.5 Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução Nº 266/79, do CONFEA.

4.8.6 Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

4.8.7 Equipe Técnica:

4.8.7.1 Para participação na licitação a empresa deverá apresentar Relação da Equipe Técnica, acompanhada de declaração da licitante no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas, que, para o desenvolvimento dos projetos será exigido **equipe mínima** dos seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Coordenador Geral
- b) 01 (um) Coordenador em Planejamento
- c) 01 (um) Coordenador em Engenharia (Infraestrutura)
- d) 01 (um) Engenheiro Civil
- e) 01 (um) Engenheiro Eletricista
- f) 01 (um) Profissional de Orçamento
- g) 01 (um) Engenheiro Ambiental

4.8.8 Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência dos membros da equipe técnica, a empresa CONTRATADA deverá apresentar antes do início dos serviços, a Certidão de Acervo Técnico Profissional (CAT), ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pela entidade competente.

5. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO – TÉCNICA E PREÇO



5.1. A natureza dos serviços objeto da contratação é predominantemente intelectual e especializada, exigindo análise qualitativa da metodologia, da experiência da equipe técnica e da capacidade técnico-operacional da empresa.

5.2. Nos termos do art. 36, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento por técnica e preço mostra-se o mais adequado quando o objeto exigir avaliação da qualidade técnica associada ao preço.

5.3. O julgamento exclusivamente pelo menor preço poderia comprometer a qualidade dos projetos e aumentar o risco de aditivos contratuais, sobrepreço e retrabalho na fase executiva.

5.4. O modo de disputa será fechado, conforme art. 56, §1º da Lei nº 14.133/2021.

5.5 A ponderação entre técnica (70%) e preço (30%) encontra-se justificada no Termo de Referência.

6. REGIME DE EXECUÇÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, considerando que os quantitativos são estimados e a execução ocorrerá sob demanda, mediante Ordens de Serviço.

6.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela imprevisibilidade da quantidade exata de projetos a serem demandados ao longo da vigência contratual, conferindo maior eficiência administrativa e evitando contratação desnecessária.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE BENS E SERVIÇOS

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas fundamenta-se na análise das demandas apresentadas pelo Município de Autazes nos últimos meses, bem como na previsão de novos projetos a serem desenvolvidos pelas unidades administrativas, considerando, especialmente, a captação de recursos junto aos Governos Federal e Estadual, além da aplicação de recursos próprios.

7.2. A planilha orçamentária de referência contempla a previsão de serviços técnicos de arquitetura e engenharia organizados por grupos, discriminando atividades como: projetos de edificações públicas, projetos de infraestrutura viária, projetos de saneamento básico, levantamentos topográficos, estudos geotécnicos, elaboração de orçamentos e cronogramas físico-financeiros, entre outros. Também estão previstos os insumos e a mão de obra necessários, com base nas composições do SINAPI e da SEINFRA.

7.3. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo à Administração requisitar os serviços sob demanda, conforme emissão de Ordem de Serviço. Esse modelo otimiza a execução contratual e possibilita significativa economia de escala, ao consolidar em uma única licitação demandas que, anteriormente, seriam atendidas por múltiplos processos fragmentados.

7.4. A interdependência desta contratação com outras futuras — como execução de obras, manutenção predial, construção de equipamentos públicos e ações de urbanização — reforça a



necessidade de planejamento técnico padronizado e integrado, viabilizado pela existência de projetos técnicos elaborados com critérios uniformes, metodologia compatível e qualidade assegurada.

7.5. Dessa forma, a Administração poderá atender simultaneamente às demandas de diversas secretarias municipais, racionalizando recursos, agilizando a implementação das políticas públicas e assegurando a conformidade técnica e jurídica das contratações futuras baseadas nos projetos elaborados.

7.6. A planilha orçamentária completa, contendo os itens, unidades, quantidades estimadas, preços referenciais e valores totais, encontra-se anexa ao Termo de Referência e integra o presente Estudo Técnico Preliminar, como documento de suporte à estimativa realizada.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. O Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO	
1. Contratação direta de empresa especializada (por licitação ou contratação direta quando cabível)	Empresas do setor de engenharia e arquitetura oferecem serviços completos de elaboração de projetos técnicos, com equipes multidisciplinares próprias e estrutura operacional consolidada. É o modelo mais comum em contratações públicas, especialmente quando há complexidade técnica ou diversidade de disciplinas envolvidas.
2. Contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP)	Permite à Administração contratar empresa(s) para elaboração de projetos sob demanda, com maior flexibilidade, previsibilidade orçamentária e racionalização de procedimentos licitatórios, especialmente em situações com volume variável e necessidade contínua de projetos ao longo do exercício.
3. Contratação de profissionais autônomos com habilitação técnica específica	Em situações pontuais e de menor complexidade, pode-se optar por contratar arquitetos ou engenheiros autônomos, desde que atendam às exigências legais (registro em conselho de classe, emissão de ART/RRT). Essa alternativa é mais comum em municípios com poucas demandas.
4. Acordo de cooperação técnica com universidades ou instituições públicas de ensino superior	Algumas universidades, por meio de núcleos de extensão, podem prestar apoio técnico em elaboração de projetos, especialmente nas



	áreas de urbanismo, habitação e infraestrutura básica, promovendo ainda a aplicação acadêmica e social do conhecimento técnico.
5. Utilização de plataformas digitais e softwares de modelagem e compatibilização de projetos (BIM, CAD, Revit, etc.)	Empresas e profissionais do setor vêm utilizando recursos avançados de modelagem para entrega de projetos com maior precisão, menor retrabalho e redução de custos. A contratação pode incluir a exigência de uso dessas tecnologias.

9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ R\$ 3.408.937,00 (três milhões e quatrocentos e oito mil e novecentos e trinta e sete reais), no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	COORDENAÇÃO DE PROJETOS				
01.01	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	MÊS	12,00	R\$66.500,23	R\$798.002,76
02	INFRAESTRUTURA VIÁRIA				
02.01	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE SISTEMA VIÁRIO	KM	20,00	R\$14.350,51	R\$287.010,20
02.02	SONDAGEM A PERCUSSÃO (20 METROS)	UNID	4,00	R\$11.515,31	R\$46.061,24
02.03	PROJETO GEOMÉTRICO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.04	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.05	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.06	PROJETO DE MICRO DRENAGEM	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.07	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.08	PROJETO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA (ILUMINAÇÃO PÚBLICA)	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.09	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	KM	20,00	R\$13.498,57	R\$269.971,40
02.10	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
03	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				
03.01	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARA EDIFICAÇÃO	M2	1.000,00	R\$28,22	R\$28.220,00
03.02	PLANO DE NECESSIDADES	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.03	PROJETO DE URBANÍSTICO	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.04	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.05	PROJETO ESTRUTURAL	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.06	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.07	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE S.P.D.A.	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.08	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.09	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.10	PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00



03.11	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.12	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.13	PROJETO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.14	PROJETO DE INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.15	CONSULTORIA TÉCNICA	M2	1.000,00	R\$31,14	R\$31.140,00
03.16	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.17	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
VALOR TOTAL ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO (R\$)					R\$ 3.408.937,00

9.2. A estimativa de valor da contratação foi determinada como dispõe o art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O valor estimado foi elaborado com base na tabela de preço referencial DNIT, data-base outubro/2025, com o intuito de assegurar a viabilidade técnica, visando ainda possibilitar a avaliação do custo e a definição dos métodos e dos prazos de execução, através de orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos, planilhas de BDI, e composições de preços unitários, devidamente mensurados nos anexos deste Projeto Básico.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no mapa de risco elaborado para a presente contratação e a constar no futuro Contrato.

9.5. Os preços adotados pelas licitantes deverão estar de acordo com os praticados no mercado e, neles, deverão estar inclusas todas as despesas necessárias, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, instalações e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços, na forma do item anterior.

9.6. Os modelos das planilhas orçamentárias, poderão ser extraídos do arquivo Excel a ser fornecido com as planilhas de composição dos preços da Proposta de Preço, anexo ao Edital.

9.7. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) são inalteráveis e irrevogáveis durante todo o período de vigência da mesma, ressalvados os casos excepcionais que permitam o procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei 14.133/2021.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A solução concebida para atender à necessidade da Administração consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia, voltados à consultoria e à elaboração de estudos e projetos executivos, sob demanda, destinados a atender às necessidades das diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Autazes. A execução contratual compreenderá o desenvolvimento de anteprojetos, projetos básicos e executivos de caráter multidisciplinar, contemplando edificações públicas, instalações prediais, urbanismo, mobilidade, saneamento, drenagem, acessibilidade e infraestrutura urbana e rural. Os serviços incluirão a realização de levantamentos in loco, compatibilização entre disciplinas técnicas (arquitetura, elétrica, estrutural, hidrossanitária, etc.), emissão de ARTs ou RRTs, elaboração de memoriais descritivos,



especificações técnicas, planilhas orçamentárias baseadas no SINAPI e cronogramas físico-financeiros.

10.2. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, composta por profissionais pertencentes ao seu quadro permanente ou regularmente vinculados, com atribuições legalmente reconhecidas pelos respectivos conselhos de classe, aptos a desenvolver projetos em conformidade com as normas da ABNT, legislação urbanística e ambiental vigente. A solução estrutura-se em modelo contratual flexível, que assegura o atendimento às demandas diversificadas da Administração e a eficiência operacional, mediante a emissão de Ordens de Serviço individuais, com prazos definidos conforme o grau de complexidade técnica dos projetos (baixa complexidade: até 10 dias úteis; média: de 15 a 20 dias úteis; alta: até 25 dias úteis).

10.3. Após análise das soluções disponíveis no mercado para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, concluiu-se que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) representa a solução mais adequada, eficiente e vantajosa, considerando aspectos técnicos, econômicos e sustentáveis. A adoção do SRP permitirá a contratação de serviços técnicos especializados de forma sob demanda, proporcionando flexibilidade na gestão contratual e melhor alocação de recursos públicos, especialmente devido à imprevisibilidade do volume e frequência das necessidades de projetos ao longo do exercício. Isso evita contratos com escopo fechado que poderiam gerar custos desnecessários ou insuficiência de escopo.

10.4. O SRP possibilita que a Secretaria de Infraestrutura acione a empresa contratada conforme a complexidade e prioridade das demandas, respeitando a diversidade temática dos projetos e a exigência de atuação multidisciplinar com profissionais habilitados e emissão de ARTs/RRTs. Além disso, viabiliza maior controle orçamentário, pois os pagamentos serão efetuados apenas pelos serviços efetivamente executados, conforme os valores unitários registrados, gerando racionalidade na despesa pública. A contratação por SRP também permite que os projetos incluam diretrizes de construção sustentável, como eficiência energética, reaproveitamento de recursos, acessibilidade e uso de materiais com menor impacto ambiental, alinhando-se aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e à estratégia de desenvolvimento sustentável da Administração.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Considerando a natureza do objeto — prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para assessoria e elaboração de projetos de arquitetura e engenharia — a Administração optou, de forma justificada, pela não realização do parcelamento da solução, tendo em vista que a execução dos serviços exige a atuação integrada de equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais com formações distintas, como arquitetos, engenheiros civis, eletricitas e sanitaristas. O parcelamento por especialidade comprometeria a compatibilização entre os projetos e aumentaria o risco de inconsistências técnicas, retrabalho e aditivos contratuais, além de dificultar a responsabilidade técnica integrada e a eficiência do processo como um todo.

11.2. A centralização da contratação em uma única empresa especializada permite padronização metodológica, maior controle gerencial, racionalidade na emissão de ordens de serviço e na fiscalização contratual, bem como a obtenção de entregas técnicas com qualidade uniforme. Além disso, o modelo adotado — Sistema de Registro de Preços — já proporciona



flexibilidade de atendimento conforme a demanda administrativa, preservando a economicidade, escalabilidade e a continuidade técnica da solução, sem necessidade de fragmentação contratual.

11.3. Dessa forma, a não realização do parcelamento está alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme previsto nos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Com a presente contratação, a Administração Pública do Município de Autazes/AM pretende alcançar resultados concretos voltados à melhoria da eficiência, da segurança jurídica e da efetividade nas contratações de obras e serviços de engenharia. Entre os principais resultados esperados, destaca-se a obtenção de projetos técnicos completos, compatibilizados e elaborados por equipe multidisciplinar especializada, fornecendo a base necessária para o correto planejamento das futuras obras públicas e prevenindo falhas decorrentes da ausência ou má qualidade desses insumos técnicos.

12.2. A contratação visa também otimizar o uso dos recursos públicos por meio da redução de retrabalho, paralisações, aditivos contratuais e ajustes de escopo durante a execução das obras, promovendo economicidade e eficiência. Espera-se, ainda, o atendimento célere e sob demanda às necessidades das diferentes secretarias municipais, assegurando maior agilidade na implementação das políticas públicas locais e na prestação de serviços à população.

12.3. Além disso, os projetos executivos elaborados viabilizarão a captação de recursos junto a programas e convênios com os governos estadual e federal, ampliando a capacidade de investimento do Município. A contratação contribuirá também para o fortalecimento da governança, da transparência e do controle administrativo, ao padronizar os elementos técnicos das contratações, com base em estudos consistentes, devidamente acompanhados das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

12.4. Por fim, busca-se incorporar diretrizes de desenvolvimento sustentável aos projetos produzidos, promovendo soluções arquitetônicas e de engenharia alinhadas à acessibilidade, à eficiência energética, ao uso racional de materiais e ao respeito ao meio ambiente. Assim, os resultados pretendidos vinculam-se diretamente ao aprimoramento da gestão pública, ao fortalecimento do planejamento governamental e à entrega de serviços públicos de melhor qualidade à população.

13. INDICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

13.1. A contratação de serviços técnicos especializados de engenharia, voltados à assessoria e à elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, possui relação direta e interdependente com futuras contratações da Administração Pública Municipal, especialmente aquelas destinadas à execução de obras, reformas, ampliações, manutenção predial, pavimentação, infraestrutura urbana e rural, bem como à aquisição de materiais de construção e equipamentos permanentes necessários à execução dos projetos elaborados.

13.2. Essas contratações subsequentes dependem da existência prévia de projetos técnicos devidamente elaborados e instruídos com os elementos exigidos pela legislação — como plantas



baixas, memoriais descritivos, cálculos estruturais, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros — produzidos no âmbito deste objeto. A ausência ou inadequação desses serviços comprometeria a legalidade, a viabilidade e a eficiência das contratações futuras, gerando risco de paralisações, aditivos contratuais indevidos ou até mesmo nulidade dos procedimentos licitatórios.

13.3. Ademais, os projetos servirão de base técnica essencial para o planejamento orçamentário municipal, a captação de recursos junto a programas estaduais e federais, bem como para a prestação de contas e a fiscalização por órgãos de controle interno e externo, configurando-se como etapa indispensável e interdependente no ciclo das contratações públicas.

13.4. Assim, a presente contratação constitui fundamento estruturante para diversas ações governamentais subsequentes, sendo indispensável à efetividade das políticas públicas setoriais, à boa governança e à conformidade dos atos administrativos, nos termos do art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Para garantir a regularidade, a legalidade e a eficiência da contratação, deverão ser adotadas, previamente à celebração do contrato administrativo, as seguintes providências pela Secretaria Municipal e pelos setores competentes da Prefeitura Municipal de Autazes:

- Conclusão e aprovação da fase interna da licitação, com a devida instrução processual contendo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, estimativa de preços, minuta do edital e seus anexos (incluindo minuta contratual), parecer jurídico e demais documentos exigidos pela legislação vigente;
- Realização da fase externa da licitação, observando-se os prazos legais e assegurando ampla publicidade do certame por meio do PNCP, Diário Oficial do Município e outros meios oficiais de divulgação, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;
- Verificação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da empresa vencedora, mediante análise dos documentos de habilitação, da qualificação técnica (inclusive comprovação de equipe multidisciplinar), bem como manifestação favorável do setor de engenharia e da assessoria jurídica;
- Negociação, quando cabível, para obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, nos termos do art. 61, §1º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de empate ficto ou oportunidade de melhoria de preço;
- Homologação do resultado da licitação pela autoridade competente e emissão da autorização formal para a assinatura do contrato, acompanhadas da verificação da dotação orçamentária e do respectivo empenho da despesa, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021;
- Convocação da empresa vencedora para assinatura do contrato, com comprovação da manutenção das condições de habilitação, apresentação das garantias contratuais, se exigidas, e assinatura pelas partes, dentro dos prazos legais.



14.2. A adoção dessas providências assegurará que a contratação seja realizada de forma transparente, eficiente e em conformidade com as necessidades do Município, promovendo uma gestão documental segura, moderna e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

15. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. A gestão do contrato será exercida pelo seguinte servidor, designado como Gestor do Contrato:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA	CARGO
Gestor	Manoel Cordeiro Alves de Souza	94472	Secretário Municipal de Infraestrutura

15.2. A fiscalização do contrato ficará a cargo do seguinte servidor, designado como Fiscal do Contrato:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA	CARGO
Fiscal	Paulo Celso Marinho Ribeiro	13816	Assistente Técnico

16. IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1. Não foram identificados impactos ambientais relevantes ou significativos decorrentes da presente contratação. Isso porque o objeto restringe-se à prestação de serviços de consultoria e à elaboração de estudos e projetos executivos, sem envolver a execução direta de obras ou intervenções físicas no meio ambiente. Assim, eventuais impactos ambientais somente poderão ser avaliados e mitigados em fases posteriores, caso os projetos venham a ser implementados, observando-se a legislação ambiental aplicável.

17. ANÁLISE DE RISCOS

17.1. Foram identificados os seguintes riscos associados à contratação:

- Atraso na entrega de projetos;
- Inconsistência técnica entre disciplinas;
- Divergência entre projeto e orçamento;
- Alterações normativas supervenientes;
- Variação de demanda ao longo do exercício.



17.2. As medidas mitigadoras encontram-se descritas na Matriz de Riscos que integrará o Termo de Referência.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

18.1. Com base nas análises técnicas, jurídicas, operacionais e orçamentárias realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, declara-se a viabilidade da contratação de empresa especializada em Arquitetura e Engenharia para prestação de serviços de consultoria e elaboração de estudos e projetos, por meio da modalidade Concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento técnica e preço, modo de disputa fechado, sob o regime de empreitada por preço unitário, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023, observadas as regras do instrumento convocatório.

18.2. A escolha da modalidade Concorrência Eletrônica decorre do fato de que o objeto envolve serviços especiais de engenharia, os quais exigem qualificação técnica específica, equipe multidisciplinar e comprovação de experiência em atividades de complexidade semelhante. A forma eletrônica garante maior publicidade e competitividade, enquanto o modo de disputa combinado assegura equilíbrio entre a transparência na apresentação de lances e a proteção das estratégias comerciais dos licitantes.

18.3. O critério de julgamento adotado é o de Técnica e Preço, nos termos do art. 36, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os serviços demandam profissionais altamente qualificados e envolvem a elaboração de projetos de natureza predominantemente intelectual, caracterizando-se como serviços especiais de engenharia.

18.4. Diante do caráter recorrente e da demanda abrangendo diversas secretarias e unidades administrativas do Município, recomenda-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021, como forma de assegurar maior eficiência, economicidade e racionalização dos procedimentos administrativos.

18.5. Em A qualificação técnica e a avaliação das propostas técnicas serão processadas no âmbito do próprio julgamento por técnica e preço, mediante aplicação de critérios objetivos previstos no Edital, no Termo de Referência e em seu Anexo de pontuação técnica (NT1/NT2/NT3), com atuação de banca designada, assegurando motivação, rastreabilidade e impessoalidade na atribuição das notas.

18.6. Assim, conclui-se com base nas análises técnicas, jurídicas, operacionais e orçamentárias realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se a viabilidade da contratação de empresa especializada em Arquitetura e Engenharia para prestação de serviços de consultoria e elaboração de estudos e projetos, por meio de Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento técnica e preço, modo de disputa fechado, regime de empreitada por preço unitário e utilização do Sistema de Registro de Preços.



18.7. À luz do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação, recomendando-se a aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar e a consequente elaboração do Termo de Referência definitivo.

Autazes (AM), 29 de janeiro de 2025.

Manoel Cordeiro Alves de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura



Apêndice (b) do Anexo II – Mapa de Risco

MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A presente Matriz de Gerenciamento de Riscos integra o Termo de Referência, nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo a identificação, classificação, alocação objetiva e tratamento dos riscos associados à contratação.

1.2. A alocação dos riscos observa o princípio da melhor capacidade de gerenciamento, atribuindo-se a cada parte os riscos que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou jurídicas de mitigá-los.

1.3. Considerando tratar-se de contratação sob regime de **empreitada por preço unitário**, mediante **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, distinguem-se:

- Riscos ordinários da atividade econômica (suportados pela contratada);
- Riscos extraordinários ou imprevisíveis (passíveis de revisão contratual, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021).

1.4. Foram consideradas as especificidades geográficas e logísticas do Município de Autazes/AM, incluindo peculiaridades da região amazônica.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

Probabilidade:

B (Baixa) | M (Média) | A (Alta)

Impacto:

B (Baixo) | M (Médio) | A (Alto)

3. MATRIZ DE RISCOS

RISCO 1 – ATRASO NA ENTREGA DE PROJETOS

- **Probabilidade:** M
- **Impacto:** A
- **Alocação:** CONTRATADA
- **Natureza:** Ordinário da atividade econômica



Descrição: Descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma contratual.

Medidas Mitigadoras:

Cronograma físico detalhado; marcos de entrega; reuniões técnicas periódicas; fiscalização contínua.

Consequência Contratual:

Aplicação de multa moratória; possibilidade de rescisão; registro de desempenho contratual.

Fundamento: Arts. 115, 137 e 156 da Lei 14.133/2021.

RISCO 2 – INCONSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE DISCIPLINAS

- **Probabilidade:** M
- **Impacto:** A
- **Alocação:** CONTRATADA
- **Natureza:** Risco técnico-operacional

Descrição: Incompatibilidade entre projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, ambiental ou correlatos.

Medidas Mitigadoras:

Compatibilização obrigatória; revisão técnica interna; responsabilidade técnica formal (ART/RRT).

Consequência Contratual:

Correção sem ônus adicional; aplicação de penalidades em caso de reincidência.

Fundamento: Arts. 92 e 156 da Lei 14.133/2021.

RISCO 3 – DIVERGÊNCIA ENTRE PROJETO E ORÇAMENTO

- **Probabilidade:** M
- **Impacto:** A
- **Alocação:**
 - CONTRATADA (erro técnico)
 - CONTRATANTE (alteração superveniente de escopo)
- **Natureza:** Compartilhado conforme causa

Descrição: Inconsistência entre quantitativos projetados e planilha orçamentária.



Medidas Mitigadoras:

Conferência cruzada; uso de sistemas referenciais; validação técnica prévia.

Consequência Contratual:

Retificação sem custo adicional se erro técnico; reequilíbrio apenas se alteração formal de escopo determinada pela Administração.

Fundamento: Art. 124 da Lei 14.133/2021.

RISCO 4 – ALTERAÇÕES NORMATIVAS SUPERVENIENTES

- **Probabilidade:** B
- **Impacto:** M/A
- **Alocação:** CONTRATANTE
- **Natureza:** Extraordinário

Descrição: Mudanças legislativas ou normativas imprevisíveis que impactem o objeto contratado.

Consequência Contratual:

Possibilidade de revisão contratual mediante comprovação de impacto direto e mensurável.

Fundamento: Art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021.

RISCO 5 – VARIAÇÃO DE DEMANDA (SRP)

- **Probabilidade:** A
- **Impacto:** M
- **Alocação:** CONTRATADA
- **Natureza:** Ordinário do SRP

Descrição: Não utilização integral dos quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços.

Consequência Contratual:

Não gera direito a indenização ou compensação financeira.

Fundamento: Art. 82 da Lei 14.133/2021.

RISCO 6 – SUBDIMENSIONAMENTO DE EQUIPE TÉCNICA

- **Probabilidade:** M



- **Impacto:** M
- **Alocação:** CONTRATADA
- **Natureza:** Técnico-operacional

Descrição: Indicação de equipe incompatível com a complexidade das demandas.

Consequência Contratual:

Determinação de substituição; aplicação de penalidade administrativa.

RISCO 7 – INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

- **Probabilidade:** M
- **Impacto:** A
- **Alocação:** CONTRATADA
- **Natureza:** Econômico da proposta

Descrição: Oferta com preços inferiores aos custos reais de execução.

Consequência Contratual:

Desclassificação ou aplicação de penalidades.

Fundamento: Arts. 59 e 156 da Lei 14.133/2021.

RISCO 8 – CUSTO AMAZÔNICO E LOGÍSTICA REGIONAL (AUTAZES/AM)

- **Probabilidade:** A
- **Impacto:** M/Alto
- **Alocação:**
 - CONTRATADA (custos ordinários previsíveis)
 - CONTRATANTE (evento extraordinário imprevisível)
- **Natureza:** Ordinário da atividade econômica, ressalvadas hipóteses excepcionais

Descrição: Impactos decorrentes da logística amazônica, incluindo deslocamentos fluviais/terrestres, variações sazonais de navegabilidade, custos de combustível e mobilização de equipe técnica.

Medidas Mitigadoras:

Planejamento logístico prévio; previsão na proposta; cronograma ajustado à sazonalidade.

Consequência Contratual:

Não enseja reequilíbrio quando decorrente de condições normais e previsíveis da região.



Poderá ensejar revisão apenas em caso de evento extraordinário, imprevisível e formalmente reconhecido (ex: calamidade pública, interdição oficial de via fluvial).

Fundamento: Arts. 11, III; 22; 124 da Lei 14.133/2021.

4. RISCOS EXTRAORDINÁRIOS PASSÍVEIS DE REVISÃO

São considerados extraordinários:

- Caso fortuito ou força maior;
 - Fato do príncipe;
 - Alteração legislativa imprevisível;
 - Determinação formal de modificação substancial do escopo;
 - Evento climático extremo oficialmente reconhecido.
-

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A ocorrência de risco alocado à Contratada não ensejará reequilíbrio econômico-financeiro.

5.2. A ocorrência de risco extraordinário, devidamente comprovada, poderá ensejar revisão contratual, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A presente Matriz deverá ser considerada para interpretação das cláusulas relativas a equilíbrio econômico-financeiro, penalidades e garantia contratual.

Autazes (AM), 04 de fevereiro de 2026.

Manoel Cordeiro Alves de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0976/2026

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

No dia XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de XXXXXXXXXXXX do ano de XXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), o **MUNICÍPIO DE AUTAZES**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Francisco Barroncas, 462, bairro Santa Luzia, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.477.642/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **JOSÉ THOMÉ NETO**, portador da Cédula de Identidade nº 1*****6 SSP-AM e CPF nº 745.***.***-53, residente e domiciliado em Autazes/AM, considerando o julgamento da licitação **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 – SRP**, processo administrativo nº, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, neste ato representada por seu (representante legal), o Senhor(a) XXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXX SSP/AM e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em XXXXXXXX/XX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 – SRP** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja em nível federal, estadual ou municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



- 4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
 - 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 - 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.



6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2021.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1. Por razão de interesse público;
 - 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no* edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo



órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Autazes/AM, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES

JOSÉ THOMÉ NETO

Prefeito de Autazes

(RAZÃO SOCIAL)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

(Cargo do Representante Legal)

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

PROCESSO nº XXX/2026

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AUTAZES, E A EMPRESA XXX, NA QUALIDADE DE CONTRATADA, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O **MUNICÍPIO DE AUTAZES**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Francisco Barroncas, 462, bairro Santa Luzia, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.477.642/0001-37, doravante denominado **CONTRATANTE** neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor JOSÉ THOMÉ NETO, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX SSP-AM e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua Raimundo Cavalcante s/nº, Centro, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente inscrito no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na XXXXXXXXX, XXXX, XXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, XXXXXXXX/XX, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (qualificação por representação legal), o(a) Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX SSP/AM e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado(a) XXXXXXXX,XXX, XXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, XXXXXXXX/XX, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

...

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXXXX) meses contados do(a) assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

“Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.”

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Em regra, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Excepcionalmente, em eventual hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)



8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da PREFEITURA DE AUTAZES/AM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (*quando cabível ao objeto pertinente);

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução (*verificar exigência no Edital e TR do presente certame).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;



d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (*Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa, nos termos, limites e forma legal.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do MUNICÍPIO DE AUTAZES/AM, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:



13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas-<https://diariomunicipalaam.org.br/>, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)



17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Autazes, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO V – MODELO DA DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

(*obs.: verificar disponibilidade no Sistema)

A,

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

REF. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA , MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, COMPREENDENDO ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS, BEM COMO A PRODUÇÃO DE TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS CORRELATOS.”

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), em cumprimento ao solicitado no Edital do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo das documentações;
3. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



6. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta nesta concorrência eletrônica;

7. Enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

8. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;

9. Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

10. A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

11. Para fins de atendimento ao que consta do Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026 - SRP da Prefeitura de Autazes/AM, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os equipamentos com as especificações e qualidade;

12. Conforme o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar do (a) concorrência eletrônica, foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do (a) concorrência eletrônica, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026 - SRP não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do (a) presente concorrência eletrônica, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do (a) concorrência eletrônica, quanto a participar ou não da referida licitação;



d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026 - SRP não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Autazes/AM, antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Atenciosamente,

....., de de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

OBSERVAÇÃO:

- Emitir em papel que identifique a licitante.



ANEXO VI - MODELO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA.

A,

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA , MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, COMPREENDENDO ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS, BEM COMO A PRODUÇÃO DE TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS CORRELATOS.”

Declaro, que tenho pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações, objeto mencionado neste termo, e assumo total responsabilidade por esse fato e não utilizarei para quaisquer questionamentos futuros que não seja avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura de Autazes-AM e Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA.

Autazes-AM, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante da empresa)

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado ou com identificação com o carimbo do CNPJ da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.



ANEXO VII - MODELO DE VISITA TÉCNICA.

A,

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - SRP

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA , MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM, COMPREENDENDO ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS, BEM COMO A PRODUÇÃO DE TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS CORRELATOS.”

Declaro ter visitado a Unidade _____ conforme indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA, na data a seguir indicada, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na formulação da proposta, reconhecendo todas as condições e peculiaridades técnicas dos serviços a serem executados. Declaro ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do presente Termo.

Local _____ - ____ , _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante da empresa)

Acompanharam a visita:

Lotação do Servidor: (unidade) _____

Nome do servidor: _____

Cargo / matrícula: _____

Horário da realização da visita:

Início: _____

Término: _____

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado ou com identificação com o carimbo do CNPJ da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.



Apêndice (c) do Anexo II – Planilhas Orçamentária e Técnica

- Resumo Sintético;
- Composição de Custos Unitários – CPU;
- Cronograma;
- Base de Dados;
- Planilha de Quantitativos

RESUMO SINTÉTICO

Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

DATA-BASE: OUT/2025

Local: Município de Autazes-AM

BDI: 44,66%

TOTAL GERAL						R\$3.408.937,00
-------------	--	--	--	--	--	-----------------

01		COORDENAÇÃO DE PROJETOS				R\$798.002,76
01.01	CPUCO001	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	MÊS	12,00	R\$66.500,23	R\$798.002,76

02		INFRAESTRUTURA VIÁRIA				R\$2.013.614,24
02.01	CPUSC001	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE SISTEMA VIÁRIO	KM	20,00	R\$14.350,51	R\$287.010,20
02.02	CPUSC002	SONDAGEM A PERCUSSÃO (20 METROS)	UNID	4,00	R\$11.515,31	R\$46.061,24
02.03	CPUSC003	PROJETO GEOMÉTRICO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.04	CPUSC004	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.05	CPUSC005	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.06	CPUSC006	PROJETO DE MICRO DRENAGEM	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.07	CPUSC007	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.08	CPUSC008	PROJETO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA (ILUMINAÇÃO PÚBLICA)	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20
02.09	CPUSC009	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	KM	20,00	R\$13.498,57	R\$269.971,40
02.10	CPUSC010	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	KM	20,00	R\$10.075,51	R\$201.510,20

03		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				R\$597.320,00
03.01	CPUED001	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARA EDIFICAÇÃO	M2	1.000,00	R\$28,22	R\$28.220,00
03.02	CPUED002	PLANO DE NECESSIDADES	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.03	CPUED003	PROJETO DE URBANISTICO	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.04	CPUED004	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	1.000,00	R\$45,00	R\$45.000,00
03.05	CPUED005	PROJETO ESTRUTURAL	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.06	CPUED006	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.07	CPUED007	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE S.P.D.A.	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.08	CPUED008	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.09	CPUED009	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.10	CPUED010	PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.11	CPUED011	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.12	CPUED012	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.13	CPUED013	PROJETO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.14	CPUED014	PROJETO DE INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.15	CPUED015	CONSULTORIA TÉCNICA	M2	1.000,00	R\$31,14	R\$31.140,00
03.16	CPUED016	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00
03.17	CPUED017	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	M2	1.000,00	R\$33,58	R\$33.580,00



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUCO001		COORDENAÇÃO DE PROJETOS				MÊS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8061	Engenheiro coordenador	MÊS	1,00	1,00000000	R\$35.960,94	R\$35.960,94
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$35.960,94
EQUIPAMENTOS						
B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	1,00	1,00000000	R\$2.551,50	R\$2.551,50
B8959	DE ESCRITÓRIO	supante x m	1,00	1,00000000	R\$985,50	R\$985,50
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$3.537,00
VEÍCULOS						
E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	MÊS	1,00	1,00000000	R\$6.329,52	R\$6.329,52
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$6.329,52
TOTAL DO CUSTO						R\$45.827,46
BDI - 45,11%						R\$20.672,77
PREÇO FINAL						R\$66.500,23



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC001		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE SISTEMA VIÁRIO				KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8147	Técnico de obras	MÊS	1,00	0,3000000	R\$7.126,18	R\$2.137,85
P8163	Topógrafo	MÊS	1,00	0,3000000	R\$5.940,72	R\$1.782,22
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$3.920,07
EQUIPAMENTOS						
B8958	INSTRUMENTAL DE TOPOGRAFIA	MÊS	1,00	0,3000000	R\$5.831,58	R\$1.749,47
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$1.749,47
VEÍCULOS						
E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t	MÊS	1,00	0,3000000	R\$14.066,19	R\$4.219,86
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$4.219,86
TOTAL DO CUSTO						R\$9.889,40
BDI - 45,11%						R\$4.461,11
PREÇO FINAL						R\$14.350,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:
Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:
BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC002 SONDAGEM A PERCUSSÃO (20 METROS)						UNID
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8147	Técnico de obras	MÊS	1,00	0,3000000	R\$7.126,18	R\$2.137,85
P8139	Sondador	MÊS	1,00	0,3000000	R\$5.259,53	R\$1.577,86
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$3.715,71
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t	MÊS	1,00	0,3000000	R\$14.066,19	R\$4.219,86
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$4.219,86
TOTAL DO CUSTO						R\$7.935,57
BDI - 45,11%						R\$3.579,74
PREÇO FINAL						R\$11.515,31



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

Local:

Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

OUT/2025

BDI:

44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC003 PROJETO GEOMÉTRICO						KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:
Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:
BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC004 PROJETO DE TERRAPLENAGEM						KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:
Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:
BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC005 PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO						KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC006 PROJETO DE MICRO DRENAGEM						KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC007 PROJETO DE SINALIZAÇÃO						KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC008		PROJETO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA (ILUMINAÇÃO PÚBLICA)				KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC009		RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS				KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8015	Arquiteto sênior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$31.007,66	R\$9.302,30
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$9.302,30
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$9.302,30
BDI - 45,11%						R\$4.196,27
PREÇO FINAL						R\$13.498,57



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUSC010		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's				KM
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,3000000	R\$23.144,52	R\$6.943,36
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$6.943,36
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$6.943,36
BDI - 45,11%						R\$3.132,15
PREÇO FINAL						R\$10.075,51



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED001		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARA EDIFICAÇÃO				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8147	Técnico de obras	MÊS	0,50	0,0010000	R\$7.126,18	R\$3,56
P8163	Topógrafo	MÊS	1,00	0,0010000	R\$5.940,72	R\$5,94
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$9,50
EQUIPAMENTOS						
B8958	INSTRUMENTAL DE TOPOGRAFIA	MÊS	0,50	0,0010000	R\$5.831,58	R\$2,92
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$2,92
VEÍCULOS						
E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t	MÊS	0,50	0,0010000	R\$14.066,19	R\$7,03
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$7,03
TOTAL DO CUSTO						R\$19,45
BDI - 45,11%						R\$8,77
PREÇO FINAL						R\$28,22



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

Local:

Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

OUT/2025

BDI:

44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED002 PLANO DE NECESSIDADES						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8015	Arquiteto sênior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$31.007,66	R\$31,01
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$31,01
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$31,01
BDI - 45,11%						R\$13,99
PREÇO FINAL						R\$45,00



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED003 PROJETO DE URBANISTICO						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8015	Arquiteto sênior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$31.007,66	R\$31,01
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$31,01
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$31,01
BDI - 45,11%						R\$13,99
PREÇO FINAL						R\$45,00



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED004 PROJETO ARQUITETÔNICO						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8015	Arquiteto sênior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$31.007,66	R\$31,01
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$31,01
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$31,01
BDI - 45,11%						R\$13,99
PREÇO FINAL						R\$45,00



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED005 PROJETO ESTRUTURAL						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED006 PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED007		PROJETO DE INSTALAÇÕES DE S.P.D.A.				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED008 PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED009 PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED010 PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED011		PROJETO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED012		PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED013		PROJETO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED014 PROJETO DE INSTALAÇÕES ESPECIAIS						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED015 CONSULTORIA TÉCNICA						M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8060	Engenheiro consultor especial	MÊS	0,50	0,0010000	R\$42.928,71	R\$21,46
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$21,46
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$21,46
BDI - 45,11%						R\$9,68
PREÇO FINAL						R\$31,14



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

Local:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM
Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

BDI:

OUT/2025
44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED016		RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE PREÇOS

Serviço:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

Local:

Município de Autazes-AM

DATA-BASE:

OUT/2025

BDI:

44,66%

ITEM		DESCRIÇÃO				UNIDADE:
CPUED017		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's				M2
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	Nº DE INSUMOS	COEFICIENTE DE PRODUTIVIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA						
P8065	Engenheiro de projetos júnior	MÊS	1,00	0,0010000	R\$23.144,52	R\$23,14
SUB TOTAL DE MÃO DE OBRA:						R\$23,14
EQUIPAMENTOS						
SUB TOTAL EQUIPAMENTOS						R\$0,00
VEÍCULOS						
SUB TOTAL VEÍCULOS						R\$0,00
TOTAL DO CUSTO						R\$23,14
BDI - 45,11%						R\$10,44
PREÇO FINAL						R\$33,58



CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - Parâmetros de Planejamento Geral (* In casu, SRP aplica-se cronogramas parciais)

Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

DATA-BASE: OUT/2025

Local: Município de Autazes-AM

BDI: 44,66%

ITEM	CPU	DESCRIÇÃO	R\$3.408.937,00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
				R\$164.074,94	R\$164.074,94	R\$197.666,69	R\$197.666,69	R\$231.258,44	R\$277.262,28	R\$396.376,82	R\$396.336,50	R\$362.785,07	R\$362.744,75	R\$329.193,32	R\$329.496,17

[illegible][illegible]

03		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES	R\$597.320,00	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.756,71	R\$49.995,92
03.01	CPUED001	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARA EDIFICAÇÃO	R\$28.220,00	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.350,73 8,33%	R\$2.362,02 8,37%
03.02	CPUED002	PLANO DE NECESSIDADES	R\$45.000,00	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.766,44 8,37%
03.03	CPUED003	PROJETO DE URBANISTICO	R\$45.000,00	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.766,50 8,37%
03.04	CPUED004	PROJETO ARQUITETÔNICO	R\$45.000,00	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.748,50 8,33%	R\$3.766,50 8,37%
03.05	CPUED005	PROJETO ESTRUTURAL	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,69 8,37%
03.06	CPUED006	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,69 8,37%
03.07	CPUED007	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE S.P.D.A.	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,66 8,37%
03.08	CPUED008	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,66 8,37%
03.09	CPUED009	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,66 8,37%
03.10	CPUED010	PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,66 8,37%
03.11	CPUED011	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,66 8,37%
03.12	CPUED012	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,69 8,37%
03.13	CPUED013	PROJETO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,69 8,37%
03.14	CPUED014	PROJETO DE INSTALAÇÕES ESPECIAIS	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,69 8,37%
03.15	CPUED015	CONSULTORIA TÉCNICA	R\$31.140,00	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.593,96 8,33%	R\$2.606,39 8,37%
03.16	CPUED016	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,63 8,37%
03.17	CPUED017	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CRONOGRAMA E CPU's	R\$33.580,00	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.797,21 8,33%	R\$2.810,69 8,37%

BASE DE DADOS

Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM **DATA-BASE:** OUT/2025

Local: Município de Autazes-AM **BDI:** 44,66%

IND K	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR
P8060	NÍVEL SUPERIOR	Engenheiro consultor especial	MÊS	R\$42.928,71
P8061		Engenheiro coordenador	MÊS	R\$35.960,94
P8067		Engenheiro de projetos sênior	MÊS	R\$31.479,07
P8015		Arquiteto sênior	MÊS	R\$31.007,66
P8065		Engenheiro de projetos júnior	MÊS	R\$23.144,52
P8147	NÍVEL TÉCNICO	Técnico de obras	MÊS	R\$7.126,18
P8163		Topógrafo	MÊS	R\$5.940,72
P8139		Sondador	MÊS	R\$5.259,53
P8038	NÍVEL AUXILIAR	Chefe de escritório	MÊS	R\$7.914,28
P8135		Secretária	MÊS	R\$6.455,95
E8889	VEÍCULOS	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	MÊS	R\$6.329,52
E8891		Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW (sem motorista)	MÊS	R\$14.066,19
B8958	EQUIPAMENTOS	INSTRUMENTAL DE TOPOGRAFIA	MÊS	R\$5.831,58
B8957		LABORATÓRIO DE SOLOS	MÊS	R\$3.681,80
B8951	IMÓVEIS	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	R\$2.551,50
B8959	MOBILIÁRIO	DE ESCRITÓRIO	ocupante x mês	R\$985,50



Quantidades - Ref. Apêndice (c) do Anexo II – Planilhas Orçamentária e Técnica

Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

DATA-BASE: OUT/2025

Local: Município de Autazes-AM

BDI: 44,66%

A	INFRAESTRUTURA VIÁRIA (KM)	20,00
B	ÁREA ESTIMADA DE EDIFICAÇÕES (M2)	1.000,00

ITEM	CPU	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES						
			UNID.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO	MEMÓRIA DE CALCULO	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA DE PROJETO (M2)	PRAZO (MÊS)	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA DE PROJETO (M2)	PRODUTIVIDADE (MÊS/M2)
01		COORDENAÇÃO DE PROJETOS							
01.01	CPUCO001	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	MÊS	Equipe mobilizada	Mês	12,00	12,00	1,00	1,00000000
02		SERVIÇOS DE CAMPO							
02.01	CPUSC001	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE SISTEMA VIÁRIO	KM	Extensão de viário levantado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.02	CPUSC002	SONDAGEM A PERCUSSÃO (20 METROS)	UNID	Quantidade de pontos executados;	Uma unidade a cada 5 Km	4,00	1,00	4,00	0,25000000
02.03	CPUSC003	PROJETO GEOMÉTRICO	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.04	CPUSC004	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.05	CPUSC005	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.06	CPUSC006	PROJETO DE MICRO DRENAGEM	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.07	CPUSC007	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.08	CPUSC008	PROJETO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA (ILUMINAÇÃO PÚBLICA)	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.09	CPUSC009	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
02.10	CPUSC010	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	KM	Extensão de viário executado;	Extensão A	20,00	6,00	3,33	0,30000000
03		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES							
03.01	CPUED001	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARA EDIFICAÇÃO	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.02	CPUED002	PLANO DE NECESSIDADES	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.03	CPUED003	PROJETO DE URBANISTICO	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000



Quantidades - Ref. Apêndice (c) do Anexo II – Planilhas Orçamentária e Técnica

Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM

Local: Município de Autazes-AM

DATA-BASE: OUT/2025

BDI: 44,66%

A	INFRAESTRUTURA VIÁRIA (KM)	20,00
B	ÁREA ESTIMADA DE EDIFICAÇÕES (M2)	1.000,00

ITEM	CPU	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES						
			UNID.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO	MEMÓRIA DE CALCULO	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA DE PROJETO (M2)	PRAZO (MÊS)	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA DE PROJETO (M2)	PRODUTIVIDADE (MÊS/M2)
03.04	CPUED004	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.05	CPUED005	PROJETO ESTRUTURAL	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.06	CPUED006	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.07	CPUED007	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE S.P.D.A.	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.08	CPUED008	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.09	CPUED009	PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.10	CPUED010	PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.11	CPUED011	PROJETO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.12	CPUED012	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.13	CPUED013	PROJETO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.14	CPUED014	PROJETO DE INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.15	CPUED015	CONSULTORIA TÉCNICA	M2	Área edificada;	Área B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.16	CPUED016	RELATÓRIOS, ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS	M2	Área edificada;	Soma das áreas A e B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000
03.17	CPUED017	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E CPU's	M2	Área edificada;	Soma das áreas A e B	1.000,00	1,00	1.000,00	0,00100000